

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 080/2025
Data: 18/06/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ SERÁ APRESENTADO PELO GOVERNO DE SÃO PAULO A EMPRESAS NA ÁSIA	4
PARQUE VALONGO E TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ SÃO REFERÊNCIAS NA RELAÇÃO PORTO-CIDADE; MINISTÉRIO BUSCA NOVA POLÍTICA	5
NOVA HIDROVIA DO RIO SÃO FRANCISCO TERÁ MAIS DE 1,3 MIL KM DE EXTENSÃO PELO BRASIL; CONHEÇA	7
TIETÊ-PARANÁ: ELETROBRAS REPASSA R\$ 147,7 MILHÕES AO ESTADO	7
DIRETOR DA ANTAQ REBATE MINISTRO APÓS DECISÃO SOBRE LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS; ENTENDA	8
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	9
CONGRESSO LIBERA CRÉDITO DE R\$ 816 MI QUE VAI BENEFICIAR A TRANSNORDESTINA	9
TREM 2 DA RNEST REACENDE EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO EM PE	10
INVESTIMENTO INTERNACIONAL PROJETA EXTRAÇÃO DE OURO EM ARAPIRACA	12
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	14
HIDROVIAS SÃO MAIS SUSTENTÁVEIS QUE OUTROS MODAIS DE TRANSPORTE	14
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	15
GOVERNO FEDERAL DEFENDE IMPORTÂNCIA DAS HIDROVIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15
PASSAGEIROS COM TEA GANHAM 8ª SALA DE ACOLHIMENTO EM AEROPORTOS DO PAÍS	15
SEGUNDA PISTA DO AEROPORTO DE MACAÉ É INAUGURADA COM INVESTIMENTOS DE R\$ 220 MILHÕES	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	18
RENAN FILHO DÁ PONTAPÉ INICIAL À OBRA CRUCIAL PARA DESAFOGAR TRÂNSITO NO TRECHO URBANO DA BR-116, EM CURITIBA (PR)	18
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTE R\$ 26 MILHÕES EM PONTO CRÍTICO DA BR-435/RO, EM COLORADO DO OESTE	19
RANKING DE DADOS: MAPA APONTA PONTUALIDADE DE 17 ESTADOS NO ENVIO DE INFORMAÇÕES À SENATRAN	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – UM NOVO DEBATE SOBRE O TECON SANTOS 10	21
NACIONAL - HUB – CURTAS - CONCESSÃO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ DEVE OCORRER EM DEZEMBRO	22
Expectativa foi anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em visita a Mato Grosso do Sul	22
Promessa	22
Riscos	22
Regras mais modernas	23
Antaq em ação	23
Novos desafios	23
NACIONAL - INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA MARCAM DEBATES DA CARAVANA EM SÃO LUÍS	23
NACIONAL - LEILÃO ARRECADADA QUASE R\$ 1 BI COM BLOCOS DE PETRÓLEO EM QUATRO BACIAS	24
NACIONAL – MINISTÉRIO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA ESTRUTURAR A DOCAS DE ITAJAÍ	25
NACIONAL - BRASIL EXPORT GANHA NOVOS CONSELHEIROS	26
REGIÃO CENTRO-OESTE - GOVERNO INVESTE R\$ 658 MILHÕES NA MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS EM MS	27
NACIONAL - COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARA LICITAÇÃO DO TECON SANTOS 10	29
REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM MAIO	31
REGIÃO SUDESTE - SP APRESENTA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA A BANCOS E INSTITUIÇÕES NA CHINA	32
C O N E X Ã O NORDESTE - INOVA PORTOS REÚNE AUTORIDADES PORTUÁRIAS DO PAÍS NO PORTO DE ITAQUI	32
C O N E X Ã O NORDESTE - BACIA POGUAR NÃO RECEBEU PROPOSTA EM LEILÃO DA ANP	33
C O N E X Ã O NORDESTE - PREFEITO DE JOÃO PESSOA, SECRETÁRIO DE NATAL E OUTROS GESTORES BRASILEIROS CONSEGUEM DEIXAR ISRAEL E JÁ ESTÃO A CAMINHO DO BRASIL	34
C O N E X Ã O NORDESTE - MARCO DECISIVO PARA SUAPE COMO POLO ESTRATÉGICO DA NOVA ECONOMIA	34
EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA	35
PETROBRAS VAI RETOMAR OPERAÇÃO DAS FÁBRICAS DE FERTILIZANTES DA BAHIA E SERGIPE EM NOVEMBRO	35
EQUINOR E EXXONMOBIL ENTRAM PELA PRIMEIRA VEZ EM DISPUTA POR ÓLEO DA UNIÃO	37
JORNAL O GLOBO – RJ	38
DERRUBADA DE VETO A 'JABUTIS' DE ENERGIA VAI FORÇAR TAMBÉM A CONTRATAÇÃO DE TÉRMICAS EM ÁREAS SEM GÁS; ENTENDA	38
JAPONESES CEDEM 'GOLDEN SHARE' A TRUMP E NIPPON STEEL COMPRA US STEEL POR US\$ 14,1 BILHÕES	39



PETROBRAS DIZ QUE AINDA É CEDO PARA AVALIAR OS EFEITOS DO CONFLITO ENTRE ISRAEL E IRÃ SOBRE O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS	41
GOVERNO PREVÊ ENTREGAR EM JULHO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE MERCADO DE CARBONO NO PAÍS	42
PL DAS EÓLICAS: 'DERRUBADA DE OUTROS VETOS PODERÁ REPRESENTAR UM PONTO DE INFLEXÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DO SETOR', DIZ ITAÚ	43
CONGRESSO CRIA DEMANDA ARTIFICIAL DE ENERGIA MAIS CARA E MANDA A CONTA PARA O CONSUMIDOR.....	43
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	44
CONGRESSO DERRUBA VETO E LIVRA FUNDOS IMOBILIÁRIOS E DO AGRONEGÓCIO DE TAXAÇÃO NA REFORMA TRIBUTÁRIA ...	44
OS 300 MIL CPFs QUE COMPRARAM AÇÕES COM FGTS ME TIRAM O SONO, DIZ PRESIDENTE DA ELETROBRAS.....	45
ACORDO COM A VALE: TCU DÁ AO MMA E AO IBAMA 30 DIAS PARA DETALHAREM EXECUÇÃO DOS RECURSOS	47
DURIGAN DIZ QUE GOVERNO DEVE APRESENTAR PROJETO DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS NA PRÓXIMA SEMANA.....	48
O QUE MUDOU NA ELETROBRAS TRÊS ANOS APÓS A PRIVATIZAÇÃO; ENTENDA.....	51
VALOR ECONÔMICO (SP).....	53
EXCLUSIVO: IMPOSTO ZERO EM ALIMENTOS, ANUNCIADO PELO GOVERNO, TEVE POUCO EFEITO EM PREÇOS.....	53
MOVIMENTAÇÃO AÉREA NO BRASIL CRESCE 9,6% EM ABRIL.....	56
PREÇOS DE IMPORTAÇÃO NOS EUA FICAM ESTÁVEIS EM MAIO, APÓS ALTA DE 0,1% EM ABRIL	57
TROCA DE ATAQUES ENTRE ISRAEL E IRÃ AFETA INSTALAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS NA REGIÃO	58
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	59
RIO SÃO FRANCISCO TERÁ NOVA HIDROVIA PARA TRANSPORTE DE CARGAS AO NE	59
ARTIGO - USO INÉDITO DE DIESEL VERDE NO SETOR MARÍTIMO BRASILEIRO.....	60
ANP MARCA PARA OUTUBRO O 3º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA.....	62
WILSON SONS E TOTALENERGIES FIRMAM CONTRATO PARA USO DA BASE RIO	62
INTERINO ASSUME DIRETORIA-GERAL DA ANP A PARTIR DE 21 DE JUNHO.....	63
PORTO DE SANTOS REGISTRA RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM MAIO	63
TRANSPETRO CONCEDE NOVO PRAZO PARA ENTREGA DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GASEIROS	64
ANTAQ VÊ INVENTÁRIO DE GEE COMO PASSO CRUCIAL PARA DESCARBONIZAÇÃO DE PORTOS	64
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	65
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	65

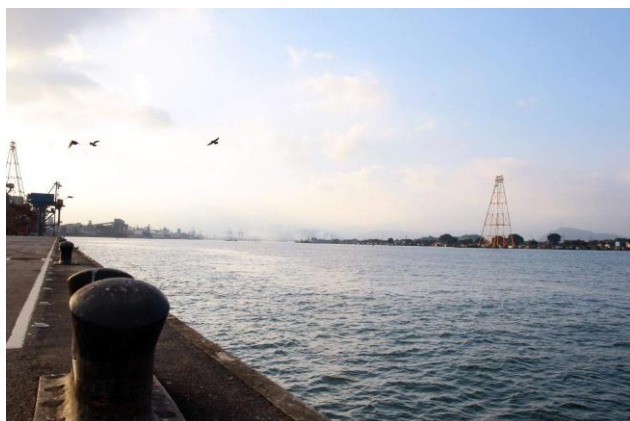


A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ SERÁ APRESENTADO PELO GOVERNO DE SÃO PAULO A EMPRESAS NA ÁSIA

Comitiva passará por China, Coreia do Sul e Japão até o dia 27; outros projetos também serão exibidos

Por ATribuna.com.br 18 de junho de 2025



Túnel ligará as regiões de Outeirinhos e Macuco, em Santos, ao Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá (Vanessa Rodrigues/AT)

Uma comitiva do Governo Estadual percorrerá países asiáticos, até dia 27, para apresentar a potenciais investidores os principais projetos de São Paulo para concessões e parcerias público-privadas (PPPs). Um deles é o do túnel imerso entre Santos e Guarujá, obra com custo estimado em R\$ 6,8 bilhões e cujo leilão está marcado para 5 de setembro. A missão se estenderá até dia 27.

O grupo tem como líder o secretário estadual de Parcerias e Investimentos, Rafael Benini. Ele é acompanhado pelo diretor-presidente da Agência de Transporte do Estado (Artesp), André Isper, e pelo diretor de Assuntos Corporativos da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), Augusto Almudin.

A comitiva passará por China, Coreia do Sul e Japão. Haverá encontros com representantes de empresas que lideram os setores de transporte ferroviário, infraestrutura, mobilidade elétrica, telecomunicações e de instituições multilaterais de financiamento.

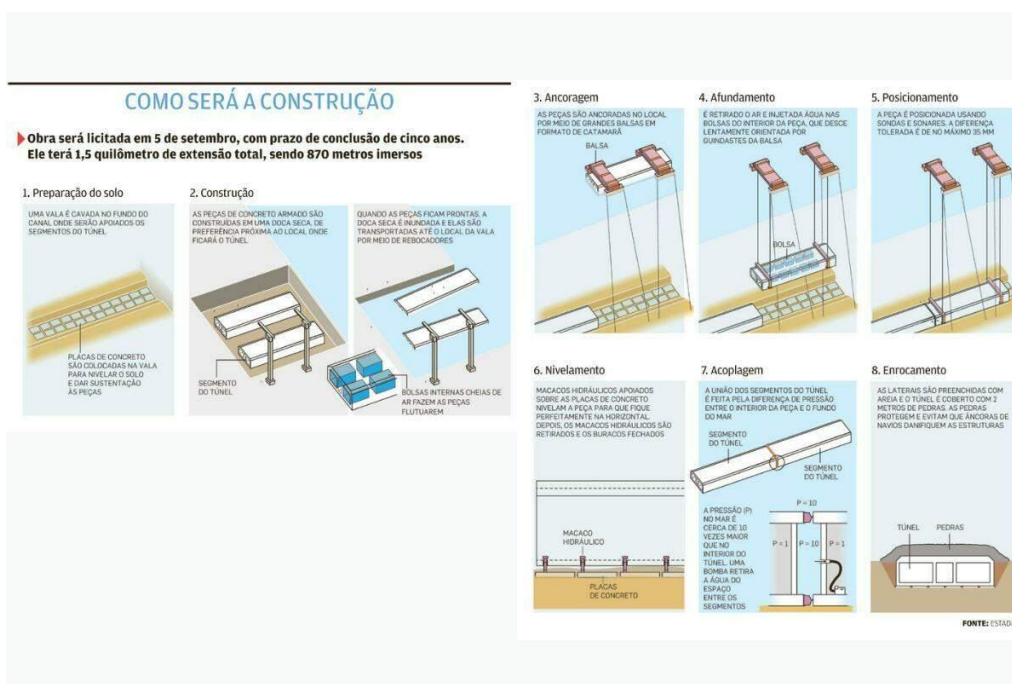
No primeiro dia de compromissos, a equipe se reuniu com integrantes de duas empresas de porte global em tecnologia ferroviária — China Railway Signal & Communication Corporation e CRRC Corporation Limited — e com membros do Bank of China e da China Communications Construction Company (CCCC).

As reuniões de ontem foram com integrantes do Industrial and Commercial Bank of China, do China–Latin America Infrastructure Forum, do China Development Bank, do Asian Infrastructure Investment Bank e, novamente, do CCCC.

Os encontros têm por objetivo contatar empresas e instituições com as quais se poderão firmar ações conjuntas em infraestrutura e financiamento, com foco em mobilidade urbana, transporte sobre trilhos, infraestrutura logística e projetos de requalificação urbana.

Além do projeto do túnel Santos-Guarujá, se expôs o plano de PPP para as travessias hídricas, que inclui as balsas Santos-Guarujá, com leilão agendado para 17 de outubro e perspectiva de investimentos aproximados de R\$ 2 bilhões em 20 anos de concessão.

Entre os outros exemplos de empreendimentos apresentados pela comitiva, estão o Trem Intercidades Eixo Oeste (TIC Sorocaba) e o novo Centro Administrativo do Campos Elíseos, que se planeja como futura sede do Governo Estadual, em substituição ao Palácio dos Bandeirantes.



Longos e eficientes

O secretário Rafael Benini afirma que, na Ásia, a comitiva buscará “cooperação técnica e institucional, mas também mostrar que São Paulo está pronto para receber investimentos sustentáveis e de longo prazo, com foco em eficiência, inclusão e desenvolvimento regional”.

“Estamos apresentando um portfólio sólido, com segurança regula-tória, impacto social e capacidade técnica reconhecida. A receptividade nas reuniões confirma que São Paulo é, hoje, uma das principais vitrines de infraestrutura sustentável da América Latina”, complementa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 18/06/2025

PARQUE VALONGO E TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ SÃO REFERÊNCIAS NA RELAÇÃO PORTO-CIDADE; MINISTÉRIO BUSCA NOVA POLÍTICA

Pasta de Portos e Aeroportos, porém, não dá prazo para a conclusão nem diz as mudanças que pretende; Autoridade Portuária de Santos (APS) cita exemplos regionais como símbolos

Por Ted Sartori 18 de junho de 2025



Parque Valongo, em Santos, é considerado pelas autoridades um símbolo da integração porto-cidade, com espaço de lazer dentro do Porto (Alexsander Ferraz/AT)

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) está trabalhando em uma nova política para balizar a relação porto-cidade no Brasil, conforme apurou A Tribuna. Questionada pela Reportagem, a pasta afirma, em nota, que está estruturando, de forma interna, uma proposta institucional nesse sentido. “Ressaltamos que o material encontra-se em estágio técnico e preliminar,

ainda não submetido à deliberação da alta gestão ministerial”, informa.

Segundo o MPor, trata-se de uma iniciativa que busca reconhecer e respeitar a complexidade e a diversidade dos territórios portuários brasileiros, “com o objetivo de promover uma abordagem integrada e sensível às realidades locais”.

A pasta acrescenta que cada porto apresenta características físicas, sociais e econômicas muito distintas, o que torna inviável a adoção de soluções uniformes. “Uma boa prática de integração porto-cidade depende, antes de tudo, da compatibilidade da infraestrutura com o contexto local, respeitando prioridades urbanas, sociais ou ambientais específicas de cada realidade”.

O MPor não soube responder o mudaria, na prática, com um nova política porto-cidade. “O que temos até o momento é a construção de propostas técnicas que poderão subsidiar futuras decisões institucionais, sempre em diálogo com os princípios da sustentabilidade e da governança federativa”.



Atividade portuária tem dois lados: traz impactos positivos e negativos para as cidades da Baixada Santista (Alexsander Ferraz/AT)

Conversas

Na semana passada, o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi, esteve em Brasília. Segundo ele, em reunião com a secretária-executiva do MPor, Mariana Pescatori, e em encontro na Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), um dos principais pontos discutidos foi justamente essa nova política

nacional de integração porto-cidade. Ao ser procurado para dar detalhes sobre as conversas, porém, Orlandi preferiu não falar porque considera o tema “embrionário”.

Já a Autoridade Portuária de Santos (APS) repassou as mesmas informações fornecidas pelo MPor e acrescentou que a integração porto-cidade é um eixo norteador do planejamento estratégico da APS.

“A companhia apoia integralmente a iniciativa federal e acompanhará a evolução do debate sobre a política, que pode dar novo impulso aos projetos já em andamento na região, a exemplo do Parque Valongo e do túnel imerso Santos-Guarujá”.

Elogios

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, elogiou a iniciativa. “Acreditamos no fortalecimento dessa atividade no Ministério de Portos e Aeroportos, na questão de definição de política pública. Aliás, essa é uma das fundamentações do Projeto de Lei (PL) 733 (que revisa a Lei dos Portos), de fortalecer o trabalho do MPor na definição de política pública”, diz ele.

Aquino destaca que a relação porto-cidade é extremamente importante. “Mundialmente, o tema tem uma atenção especialíssima. Há, inclusive, portos que têm diretoria institucional de relação com a comunidade”, argumenta.

Debate público

O presidente da Fenop também reforça o papel que o MPor tem feito. “Normalmente, o Ministério tem feito um trabalho muito participativo. Todos os grandes debates têm sido submetidos à consulta pública”, diz ele. “Acreditamos, então, que se a proposta evoluir - e esperamos que isso aconteça - esse diálogo (com a sociedade) ocorra. Há um otimismo no avanço desse trabalho de política pública, cidade e porto. E isso envolve toda a região, não apenas uma cidade”, finaliza.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/06/2025

NOVA HIDROVIA DO RIO SÃO FRANCISCO TERÁ MAIS DE 1,3 MIL KM DE EXTENSÃO PELO BRASIL; CONHEÇA

Cargas ultrapassarão de 5 milhões de toneladas
Por ATribuna.com.br 18 de junho de 2025



A Nova Hidrovia do São Francisco é um projeto logístico importante para o escoamento de cargas (Marcelo Camargo/agência brasil)

A Nova Hidrovia do Rio São Francisco terá 1.371 quilômetros de extensão navegáveis, de Pirapora, Minas Gerais, a Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco. A hidrovia vai permitir o transporte de cargas do Centro-Sul ao Nordeste do País, de forma mais econômica e sustentável, afirma o Governo Federal.

A projeção é de que, já no primeiro ano da retomada da navegação comercial, a movimentação de cargas pelo Rio São Francisco alcance 5 milhões de toneladas. O projeto também prevê integração com outros modais, como ferrovias e rodovias.

“A nova hidrovia representa mais um avanço para a logística nacional, integrando regiões e promovendo um transporte mais limpo, eficiente e competitivo”, destacou o secretário Nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Antunes. Entre as cargas previstas, estão insumos agrícolas, gesso, gipsita, calcário, grãos, bebidas, minério e sal.

A Nova Hidrovia do São Francisco é um projeto logístico importante para o escoamento de cargas no País. O São Francisco nasce na Serra da Canastra, no Cerrado mineiro, e sobe em direção à Região Nordeste. Nesse percurso ascendente, passa pelo Distrito Federal, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

A iniciativa foi dividida em três etapas. Na primeira, as intervenções se concentrarão em um trecho de 604 quilômetros navegáveis, de Juazeiro e Petrolina, passando por Sobradinho e chegando em Ibotirama, ambos na Bahia. As cargas serão escoadas por rodovias até o Porto de Aratu-Candeias, na Baía de Todos os Santos, também na Bahia.

A segunda etapa abrangerá o trecho entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa e Cariacá – municípios baianos – com 172 quilômetros navegáveis. Nesse trecho, haverá conexão, via malha ferroviária, até os Portos de Ilhéus e Aratu-Candeias. Já a terceira etapa aumentará a hidrovia em 670 quilômetros e ligará Bom Jesus da Lapa e Cariacá a Pirapora.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 18/06/2025

TIETÊ-PARANÁ: ELETROBRAS REPASSA R\$ 147,7 MILHÕES AO ESTADO

As intervenções em andamento envolvem o desmonte técnico de rochas submersas e a ampliação da calha de navegação

Por ATribuna.com.br 18 de junho de 2025

Um repasse de R\$ 147,7 milhões feito pela Eletrobras ao Governo do Estado servirá para ampliar o canal de navegação da Hidrovia Tietê-Paraná. Um termo de compromisso entre empresa e gestão paulista formalizou o aporte.



Com investimento total de R\$ 293 milhões, as obras foram iniciadas em 2023 e devem acabar em 2026 (Reprodução/TV Tem)

As intervenções em andamento envolvem o desmonte técnico de rochas submersas e a ampliação da calha de navegação, com profundidade final de 3,5 metros e largura de 60 metros, ao longo de 16 quilômetros de extensão. A estimativa é de remoção de 553 mil metros cúbicos de rochas.

Com investimento total de R\$ 293 milhões, as obras foram iniciadas em 2023 e devem acabar em 2026, fazendo com que a hidrovia passe a movimentar até 7 milhões de toneladas por ano.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 18/06/2025

DIRETOR DA ANTAQ REBATE MINISTRO APÓS DECISÃO SOBRE LEILÃO DE MEGATERMINAL EM SANTOS; ENTENDA

Alber Vasconcelos frisa autonomia da agência; Silvio Costa Filho havia mencionado indicações da gestão Bolsonaro

Por Bárbara Farias 17 de junho de 2025



Decisão da Antaq de restringir a participação, no leilão do Tecon Santos 10, de empresas que já atuam com contêineres no Porto de Santos, vem gerando sucessivas polêmicas (Alexsander Ferraz/ AT)

O diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Alber Vasconcelos, rebateu a declaração do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, de que a diretoria da autarquia “foi toda indicada pelo Governo (Jair) Bolsonaro”.

Na última quarta-feira (11), o ministro declarou apoio à decisão da agência de impor restrições no leilão do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no Porto de Santos, e para enfatizar que não havia interferência política na Antaq, ressaltou que não foi o atual governo que indicou os diretores.

Após A Tribuna divulgar a fala do ministro, Vasconcelos procurou a Reportagem. “Nosso incômodo foi ser vinculado a um governo. Não somos vinculados a um governo, porque temos completa autonomia. A gente conversou com o ministro dizendo a ele que é muito ruim rotular uma diretoria a um governo, porque as diretorias das agências são exclusivamente técnicas”.

A fala do ministro na semana passada foi em resposta ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que criticou as restrições impostas pela Antaq no leilão do Tecon Santos 10. Costa Filho disse que estava “muito confortável” em relação à decisão da agência, porque “quem indicou foi o governo anterior, não foi o nosso. Temos que respeitar a decisão da Antaq”.

A Antaq proibiu empresas que já operam terminais no cais santista de participar do certame.

Senado aprova

Alber Vasconcelos explicou que três novos diretores foram indicados em novembro de 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL), mas todos foram submetidos a um rito de aprovação na Casa Civil e no Senado até assumirem os respectivos cargos na diretoria colegiada da Antaq.

Na ocasião, foram indicados ele, Wilson de Lima Filho e Caio César Farias, atual diretor-geral substituto, que assumiu a vaga deixada por Eduardo Nery em 18 de fevereiro.

A diretora Flávia Takafashi também foi indicada pelo Governo Bolsonaro, porém em 2021, e compõe o corpo diretor da agência até fevereiro de 2026. Vasconcelos, Lima Filho e Caio Farias foram nomeados em dezembro de 2022 e ocuparão os seus postos até fevereiro de 2027, completando os cinco anos de prazo na função.

Vasconcelos explica que o Governo encaminha as indicações à Casa Civil, que envia ao Senado. No Legislativo, o indicado é sabatinado na Comissão de Infraestrutura e precisa ser aprovado pela maioria para ir à votação no plenário do Senado, onde também precisa dos votos da maioria.

“São 81 senadores. Se 70 estiverem no plenário, 36 precisam aprovar o nome do indicado. Ou seja, você tem ali uma composição de todos os partidos políticos, não é uma coisa do Governo”, afirmou Alber.

“Os nomes foram aprovados pela maioria dos membros da Comissão de Infraestrutura após a sabatina e os currículos enviados ao plenário do Senado para votação pelos senadores de todos os partidos”, reiterou Vasconcelos. “A Antaq é apolítica”, continuou.

Lei federal 13.848/2019

Vasconcelos mencionou que o Artigo 43 da Lei Federal 13.848/2019, das agências reguladoras, determina que a diretoria da Antaq seja composta de um diretor-geral e mais quatro diretores, ressaltando o trecho referente às nomeações “pelo presidente da República após aprovação pelo Senado Federal”.

Ele explicou ainda que a legislação foi reformulada em 2019, permitindo ampliar o corpo diretor de três para cinco diretores “nivelando com as demais agências reguladoras”.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 18/06/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

CONGRESSO LIBERA CRÉDITO DE R\$ 816 MI QUE VAI BENEFICIAR A TRANSNORDESTINA

Crédito suplementar de R\$ 816,6 mi segue para sanção presidencial e amplia recursos do FDNE para obras ferroviárias no Nordeste, com maior volume de recursos para a Transnordestina

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



A ferrovia Transnordestina está em obras no trecho de 527 km entre Eliseu Martins (PI) e o Porto de Pecém, em São Gonçalo do Amarante (CE). Foto: Ministério dos Transportes/Divulgação

O Congresso Nacional aprovou, na terça-feira (17), o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 3/2025, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$ 816,6 milhões no Orçamento da União para financiar obras de infraestrutura ferroviária no Nordeste. O projeto segue agora para sanção presidencial.

O montante será operacionalizado por meio do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), gerido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com foco em empreendimentos já apoiados pelo fundo. A principal beneficiada é a Ferrovia Transnordestina, obra considerada estratégica para o escoamento da produção mineral e agroindustrial da região.

A proposta foi aprovada pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) sem emendas e relatada pelo deputado Gervásio Maia (PSB-PB). O relator destacou que a suplementação segue as exigências da Regra de Ouro, por se tratar de investimento em infraestrutura.

A Transnordestina está em obras no trecho de 527 km entre Eliseu Martins (PI) e o Porto de Pecém, em São Gonçalo do Amarante (CE). Segundo dados da TLSA, concessionária responsável pelo empreendimento, mais de R\$ 400 milhões já foram aplicados até o início de 2025. Há uma previsão de investimento adicional de R\$ 3,6 bilhões até 2027, provenientes de operações do FDNE.

Liberações anteriores reforçam retomada da obra

Em 2024, o governo federal autorizou o uso de R\$ 800 milhões provenientes da venda de cotas do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) para capitalizar o FDNE e apoiar a Transnordestina. Com a nova suplementação orçamentária, o fundo amplia sua capacidade de aporte em empreendimentos ferroviários.

A ferrovia, iniciada em 2006, enfrentou sucessivos atrasos e revisões de traçado, mas voltou a receber investimentos significativos nos últimos dois anos. O trecho atualmente em execução é considerado prioritário por integrar o corredor logístico Nordeste-Centro-Oeste e promover a competitividade da produção da região.

Meta é entregar o trecho da Transnordestina até 2027

A previsão da TLSA é concluir as obras até 2027, com capacidade para transportar 30 milhões de toneladas por ano. O projeto envolve a construção de pontes, viadutos, obras de arte especiais e estações de apoio.

No contexto nordestino, a Transnordestina representa o principal investimento ferroviário em execução, com potencial de impulsionar o desenvolvimento de polos produtivos no Piauí, Pernambuco e Ceará. Segundo a Sudene, o reforço orçamentário contribui para garantir a continuidade das obras e viabilizar a integração logística da região.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/06/2025

TREM 2 DA RNEST REACENDE EXPECTATIVA DE CRESCIMENTO EM PE

As obras do Trem 2 da Rnest vão contribuir para um novo ciclo de crescimento da economia em Pernambuco, segundo especialistas

De Recife Ângela Fernanda Belfort - angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



As obras contratadas para a implantação do Trem 2 totalizam contratos no valor R\$ 4,9 bilhões. Foto: Taís Peyneau / Agência Petrobras

A retomada das obras do Trem 2 da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) promete trazer um novo ciclo de crescimento para o Porto de Suape e sua área de influência formada por sete municípios. E vários atores começam a se mexer para que isso ocorra. O gerente de Política Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), Maurício Laranjeira, diz que a entidade pretende estruturar encontros, em

parceria com a Petrobras, destinados às empresas interessadas em fornecer bens e serviços para as empresas que vão realizar a obra.

Segundo ele, a implantação de uma obra deste porte traz impacto a toda a cadeia produtiva do Estado com bens e serviços que serão necessários durante a obra, principalmente nos setores de alimentos, transporte, vestuário, construção civil, equipamentos, metal mecânico e de produção de material elétrico.

A expectativa é de que as obras comecem no segundo semestre deste ano. Na última segunda-feira (16), a empresa Consag Engenharia assinou contratos que somam R\$ 4,9 bilhões em obras a serem realizadas na implantação do Trem 2. “Esta obra vai ter um impacto duplo, em fases distintas”, diz o doutor em Economia e sócio-diretor da Ceplan Consultoria, Jorge Jatobá.

Na primeira fase, o impacto vai ser grande na geração de emprego e renda na região. A expectativa é de que 10 mil pessoas trabalhem nas obras que devem ser concluídas até 2029. “Talvez, nem tenha toda essa mão de obra seja local, porque vai precisar de trabalhadores qualificados. É provável que uma parte dos que trabalharam, na implantação da refinaria há 10 anos, voltem. Mesmo que os trabalhadores não sejam pernabucanos, eles vão gastar aqui, enquanto as obras estiverem em andamento”, explica Jatobá.

O outro impacto será quando o Trem 2 começar a operar. A previsão é de que sejam processadas 260 mil barris de petróleo por dia, saindo dos atuais 130 mil barris diários. Quando o Trem 2 for concluído, a Rnest será a segunda maior refinaria da Petrobras em capacidade de processamento de petróleo.

“Pernambuco está indo na direção contrária do que está ocorrendo no Brasil. A ampliação da capacidade de processamento da Rnest vai aumentar a participação do Produto Interno Bruto (PIB) industrial no PIB de Pernambuco, o que é bom para a economia”, comenta Jatobá.

Ele lembra que, nos primeiros meses deste ano, a Rnest fez uma parada para manutenção e isso provocou uma queda expressiva na produção industrial pernambucana. Quando a refinaria voltou a produzir, a produção industrial do Estado registrou um crescimento de 31% em abril último impactada pela retomada da Rnest.

O economista acrescenta: na fase de operação serão empregos qualificados que vão impactar a massa salarial do Estado, além de trazer impacto nas finanças dos municípios e na arrecadação de impostos.



A Rnest responde por 35% de toda a receita gerada pela estatal Suape. Com a implantação do Trem 2, vai aumentar em função do aumento de volume da produção da refinaria. Foto: Porto de Suape/Divulgação

Aumento da produção da Rnest será gradativa

A expectativa é de que a Rnest passe a processar 180 mil barris de petróleo por dia até 2026. “Este empreendimento vai trazer um desenvolvimento extraordinário. Não só Suape, mas os municípios de Cabo e Ipojuca e também o governo do Estado, estão

muito atentos para que possa ser um desenvolvimento sustentável”, resume o diretor-presidente do Complexo Industrial e Portuário de Suape, Armando Monteiro Bisneto.

Todo o complexo – que inclui mais de 80 empresas da iniciativa privada – emprega cerca de 27 mil pessoas. E só o canteiro de obra da Rnest, da fase 2, do Trem 2, vai precisar de cerca de 10 mil trabalhadores. “Acredito que este vai ser um desenvolvimento mais inclusivo. O empreendimento tem um potencial extraordinário para trazer recursos para Pernambuco. Hoje, a Petrobras paga R\$1,6 bilhão de ICMS a Pernambuco. Ou seja, há o potencial de que isso dobre. Dos 250 municípios em

que a Petrobras paga ISS, Ipojuca é hoje o quarto, recebendo mais de R\$ 74 milhões de ISS por ano”, comenta Armando.

O impacto da implantação do Trem 2 no Porto de Suape também deve ser expressivo. A Petrobras hoje representa 35% da geração de receita da estatal Suape e o Terminal de Contêineres (Tecon-Suape), 55%. Ou seja, somente duas empresas geram 90% da receita da estatal Suape.

Segundo Armando, está se desenhando um novo ciclo de desenvolvimento com a implantação do Trem 2 da Rnest, as duas fábricas de e-metanol, a unidade da Blau Farmacêutica, o projeto de ampliação da tancagem em Suape, o terminal de regaseificação do GNL e o grande terminal de GLP, que tem à frente o grupo Edson Queiroz em parceria com outras empresas. “Isso tudo vai gerar um aquecimento muito grande da nossa economia e principalmente naquela região do Suape, que vai recuperar o dinamismo”, conta o diretor.

Ele diz também que o Estado tem percepção dos desafios, de que é preciso um trabalho de assistência social para ter menos problemas, quando acabarem as obras. Na instalação da Rnest, quando acabaram as obras, ficaram muitas mulheres grávidas de trabalhadores que foram embora, entre outros problemas sociais, como o aumento da prostituição na área.

Gargalos de infraestrutura

Na época da implantação da Rnest também estavam ocorrendo outras grandes obras em Suape e o seu entorno. A grande quantidade de trabalhadores e prestadores de serviços fez o trânsito ficar ainda mais engarrafado para chegar ou sair de Suape no início e no final do dia.

Os empresários pernambucanos vivem reclamando dos gargalos – e engarrafamentos constantes – em vários pontos da BR-101 no Cabo. Com as obras, o tráfego de veículos vai aumentar nesta área. É preciso ter um gerenciamento maior dessa infraestrutura e também melhorias. Caso contrário, a região vai voltar a ter esses grandes engarrafamentos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/06/2025

INVESTIMENTO INTERNACIONAL PROJETA EXTRAÇÃO DE OURO EM ARAPIRACA

Empresa canadense vai investir US\$ 1,56 milhão para realizar perfurações confirmatórias de ouro na região

De Alagoas Vanessa Siqueira - vanessa.siqueira@movimentoeconomico.com.br



Área de mais de 14 hectares em Arapiraca abriga projeto Pereira Velho e pode impulsionar mineração de ouro em Alagoas. Foto: Pacific Bay Minerals

Em Arapiraca, no Agreste alagoano, uma área de mais de 14 mil hectares pode se tornar o novo foco da mineração de ouro no Nordeste. A mineradora canadense Pacific Bay Minerals e a gestora britânica Appian Capital Advisory firmaram uma carta de intenção para aquisição integral do projeto Pereira-Velho. O grupo

canadense prevê investir US\$ 1,56 milhão ainda este ano em perfurações confirmatórias.

Conforme comunicado da Pacific Bay Minerals, o acordo foi firmado no início de 2025 e teve sua validade prorrogada em maio, com o protocolo de um relatório técnico nos moldes do padrão internacional NI 43-101.

A estimativa inicial da Pacific Bay é investir US\$ 1,56 milhão ainda este ano, em etapas que envolvem perfuração confirmatória, testes metalúrgicos e avaliação econômica preliminar. O objetivo é consolidar uma nova estimativa de recursos e definir a viabilidade de produção de ouro na área.

No comunicado, a Pacific Bay Minerals afirma que o projeto Pereira-Velho está inserido em uma região com infraestrutura favorável ao desenvolvimento mineral, como rodovia asfaltada, rede elétrica e proximidade com Arapiraca, cidade que ultrapassa os 230 mil habitantes e conta com mão de obra qualificada.

A localização estratégica é reforçada ainda pela vizinhança com a Mina de Cobre Serrote, que fica no município de Craíbas, recentemente adquirida por US\$ 420 milhões pela chinesa Baiyin Nonferrous.

Ouro pode movimentar Agreste alagoano

Ainda segundo a mineradora canadense, relatórios técnicos indicam que a área possui forte presença de ouro livre, com mineralização próxima à superfície. Entre 2018 e 2022, 47 furos de sondagem totalizaram mais de 6 mil metros perfurados, com dados históricos protocolados na Agência Nacional de Mineração brasileira (ANM). Testes laboratoriais indicaram recuperação metalúrgica de até 94,8%, apontando viabilidade para técnicas de extração de baixo custo, como a lixiviação em pilha.



Estudos preliminares indicaram presença de ouro com mineralização próxima à superfície em Alagoas. Foto: Pacific Bay Minerals

Para a Pacific Bay, o projeto Pereira-Velho oferece uma combinação rara de vantagens. “Este é um sistema de ouro com predominância de óxido próximo à superfície, com excelente infraestrutura, forte metalurgia inicial e um recurso histórico já disponível – e permanece aberto para expansão”, destacou o CEO da empresa, Reagan Glazier, em nota.

A próxima etapa do projeto envolve campanha de perfuração para validação de dados históricos e novos estudos metalúrgicos. A expectativa da empresa é concluir as análises ainda em 2025, e, a partir daí, avançar para as definições técnicas e econômicas sobre o futuro do projeto. Caso a aquisição seja efetivada, o acordo também prevê o pagamento de royalties de 1,5% sobre a produção futura, com cláusula de recompra parcial.

Além do potencial de movimentar a economia local com geração de emprego e tributos, o projeto pode inserir Alagoas no radar da mineração de ouro no Brasil, mercado que segue aquecido com a valorização internacional do metal.

O Movimento Econômico procurou a Appian Capital Advisory, que disse em nota que por questões estratégicas de negócio, a empresa não está comentando sobre o caso no momento.

Mina Serrote colocou AL no mapa das exportações de minério de cobre

Próximo ao projeto Pereira-Velho também está situada a Mina Serrote, no município de Craíbas, onde a Mineração Vale Verde, do grupo chinês Baiyin Nonferrous Metal Group, explora minério de cobre.

A Appian Capital Advisory LLP adquiriu a Mina Serrote em 2018, que era de propriedade da Aura Minerals. Na época da aquisição, com apenas dez funcionários, o fundo britânico identificou na operação alagoana um projeto de cobre raro, pronto para construção, com significativos subprodutos de metais preciosos, que poderia se beneficiar de sua estratégia de arbitragem técnica e desenvolvimento de ativos.



Mineração Vale Verde já exportou mais de 300 mil toneladas de concentrado de cobre para diversos países. Foto: Zóio Comunicação

A venda para o grupo chinês foi concluída em abril deste ano com uma operação no valor de US\$ 420 milhões, abrange 100% do capital da mineradora MVV. A negociação foi estruturada em base livre de caixa e dívidas.

A Mina Serrote também foi responsável por inserir Alagoas no mapa das exportações internacionais de minério de cobre, se tornando um importante

produto na balança comercial do estado. Desde o início de suas operações, a MVV já exportou mais de 300 mil toneladas secas (dmt) de concentrado de cobre para a China, Finlândia, Tailândia, Índia e Polônia.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/06/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

HIDROVIAS SÃO MAIS SUSTENTÁVEIS QUE OUTROS MODAIS DE TRANSPORTE

Os custos de implementação, manutenção e operação dessas vias também são menores



Audiência Pública - CVT

Brasília, 17/06/2025 - A hidrovia, que é a última fronteira de investimento em infraestrutura, é o modo de transporte mais sustentável e eficiente existente. Essas vias são de quatro a cinco vezes menos poluentes que o transporte rodoviário e emitem 1,5 vezes menos carbono que uma ferrovia.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), representada pelo gerente de Estudos Hidroviários, Rodrigo Português, apresentou o tema em audiência pública sobre o Cenário do Setor Hidroviário

Nacional, na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (17).

Além disso, em comparação com os demais modais de transporte, a hidrovia causa menos acidentes, é 20 vezes mais eficiente em consumo de combustíveis, têm baixo valor de manutenção de infraestrutura e apresenta o menor custo de implantação, manutenção e operação.

Tendo em vista esse cenário e a diretriz da ANTAQ de tornar o setor aquaviário menos poluente e mais competitivo e eficiente, estão em andamento projetos de concessão de hidrovias dentro da Agência, em conjunto com o Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 18/06/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

GOVERNO FEDERAL DEFENDE IMPORTÂNCIA DAS HIDROVIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Secretário Dino Antunes participou nesta terça-feira (17) de audiência pública na Câmara dos deputados para discutir a situação do setor hidroviário nacional



Secretário Dino Antunes defendeu o papel das hidrovias para o desenvolvimento sustentável - Foto: Sérgio Francês/MPor

O secretário Nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Dino Antunes, defendeu, em audiência pública na Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, o papel das hidrovias para o desenvolvimento sustentável, descarbonização e eficiência no transporte e na logística do País.

Em debate, proposto pelo deputado Leônidas Cristino para discutir a situação do setor hidroviário nacional, o secretário lembrou que o tema é prioritário para o MPor, tanto que foi criada, em abril do ano passado, uma secretaria específica para tratar do assunto na estrutura do ministério. “O principal projeto que temos dentro da Secretaria Nacional de Hidrovias, é exatamente esse, de fazer concessões e parcerias com a iniciativa privada, para a gestão de algumas dessas hidrovias”, afirmou.

Segundo o secretário, a partir de um planejamento técnico, existe a possibilidade efetiva de exploração econômica das hidrovias, com alocação eficiente de recursos e menor impacto ambiental. “Temos hoje cinco projetos em estudos, pelo ministério em parceria com a Antaq, com a Infra SA e com o BNDES. Então esse é o nosso carro-chefe”, afirmou.

Entre projetos em estudo, estão as hidrovias do Rio Paraguai, Madeira, Lagoa Mirim, Tocantins e Tapajós. Dino explicou que existem no país 20 mil quilômetros de hidrovias navegados e, deste total, 5 mil quilômetros teriam potencial de parceria com a iniciativa privada.

Adicionalmente, o MPor trabalha com outros projetos, como a Nova Hidrovia do São Francisco, anunciada pelo ministro do MPor, Silvio Costa Filho, em cerimônia na semana passada, em Petrolina. Com 1.371 quilômetros de extensão navegáveis – de Pirapora, Minas Gerais (MG), a Juazeiro, Bahia (BA), e Petrolina, Pernambuco (PE) –, a hidrovia vai permitir o transporte de cargas do Centro-Sul ao Nordeste do país, de forma mais econômica e sustentável.

A projeção é de que, já no primeiro ano da retomada da navegação comercial, a movimentação de cargas pelo Rio São Francisco alcance 5 milhões de toneladas. O projeto também prevê integração com outros modais, como ferrovias e rodovias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 18/06/2025

PASSEGEIROS COM TEA GANHAM 8ª SALA DE ACOLHIMENTO EM AEROPORTOS DO PAÍS

Ministro Silvio Costa Filho inaugurou o espaço de acolhimento a passageiro com Transtorno do Espectro Autista no Aeroporto de Campo Grande



Sala Multissensorial no Aeroporto de Campo Grande (MS) - Foto: Jonilton Silva/MPor

Os passageiros com Transtorno do Espectro Autista (TEA) passam a contar com mais um espaço de acolhimento nos aeroportos brasileiros. A Sala Multissensorial dedicada a pessoas com TEA foi inaugurada nesta terça-feira (17) pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no Aeroporto de Campo Grande (MS), administrado pela concessionária AENA.

“Nosso objetivo é chegar a 20 espaços como este até o fim de 2026 em todo o País, para que os passageiros com TEA encontrem um ambiente de acolhimento”, disse o ministro Silvio Costa Filho, ao participar, nesta terça-feira (17), da inauguração do espaço e também para anunciar o início de obras em quatro aeroportos no estado de Mato Grosso do Sul, com investimentos de R\$ 658 milhões, para reforma e ampliação dos terminais de Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã e Dourados.

Com o intuito de reduzir o estresse provocado pelo ambiente do terminal aéreo, a sala multissensorial funciona como um local controlado, exclusivo e adaptado para receber pessoas neuro divergentes e acompanhantes.

Outros sete aeroportos já contam com salas multissensoriais instaladas pelo Programa de Acolhimento ao Passageiro com TEA, do governo federal em parceria com as concessionárias. Além de Campo Grande, esses espaços já estão em funcionamento nos aeroportos de Congonhas (SP), Florianópolis (SC), Galeão (RJ), Natal (RN), Recife (PE), Santos Dumont (RJ), Vitória (ES).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 18/06/2025

SEGUNDA PISTA DO AEROPORTO DE MACAÉ É INAUGURADA COM INVESTIMENTOS DE R\$ 220 MILHÕES

Executada pela Zurich Airport Brasil, a obra integra o Plano Aeroviário Nacional e amplia operações para aeronaves maiores



Executada pela Zurich Airport Brasil, a obra integra o Plano Aeroviário Nacional e amplia operações para aeronaves maiores - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O Ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, inaugurou nesta terça-feira (17) a segunda pista de pouso e decolagem do Aeroporto de Macaé (RJ). A nova estrutura vai permitir a operação de aeronaves de maior porte e ampliar a capacidade do terminal.

Com investimento de R\$ 220 milhões, a obra foi executada pela Zurich Airport Brasil e integra o Plano Aeroviário Nacional (PAN). O projeto fortalece a infraestrutura voltada à indústria offshore e gerou cerca de 380 empregos diretos e indiretos, entre junho de 2023 e dezembro de 2024.

Durante a inauguração, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, destacou a relevância estratégica da cidade para o setor de petróleo e gás, e o papel da infraestrutura aeroportuária no fomento ao desenvolvimento regional. "Os investimentos que estão colocados para os próximos cinco anos são extraordinários aqui na região, na área de petróleo e gás. E isso significa mais desenvolvimento e mais geração de oportunidade. E para isso, a gente precisava melhorar o aeroporto de Macaé", afirmou o ministro.

O grande destaque da nova fase do terminal é a pista de pouso e decolagem de 1.410 metros, homologada para receber aeronaves de maior porte, como o Embraer 195. Além de permitir voos comerciais regulares, a nova estrutura fortalece a conectividade regional e amplia o suporte às operações offshore na Bacia de Campos.



Aeroporto de Macaé (RJ) avança na operação offshore

Hub estratégico da aviação offshore

Com a entrega, o Aeroporto de Macaé eleva sua categoria operacional e se torna o único do país com duas pistas dedicadas a esse tipo de operação. Durante as obras, os voos offshore – que concentram a maior parte da movimentação do terminal – foram mantidos, garantindo o suporte logístico às plataformas de petróleo.

O projeto incluiu terraplenagem, drenagem, pavimentação, sinalização, balizamento, revestimento vegetal, realocação de equipamentos de navegação aérea, construção de taxiways e ampliação do pátio de aeronaves de asa rotativa.

O CEO da Zurich Airport no Brasil, Ricardo Gesse, ressaltou o diferencial da operação no município de Macaé, com foco na segurança e no compromisso com o desenvolvimento regional. Segundo ele, a nova pista representa mais do que uma obra aeroportuária: trata-se de um investimento estratégico para o futuro da aviação e da economia local.

"Esta nova infraestrutura, com duas pistas, reforça nosso compromisso com Macaé e com o norte fluminense. Não estamos entregando apenas uma pista — estamos entregando possibilidades de futuro, com desenvolvimento contínuo e sustentável para toda a região", afirmou.

Para o secretário Nacional de Aviação, Tomé Franca, a entrega da segunda pista em Macaé vai além de uma ampliação física — é um passo estratégico para fortalecer um polo fundamental para a indústria offshore e para o desenvolvimento econômico e social da região. "Com essa nova infraestrutura, reafirmamos o compromisso do governo em modernizar nossa malha aeroportuária, ampliar a conectividade e garantir que o Brasil siga avançando como referência em aviação", enfatizou.

Durante o evento, o presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Renato Jordão, entregou a licença de operação ambiental, que autoriza o funcionamento do aeroporto conforme as diretrizes ESG (ambientais, sociais e de governança). A medida reforça a adequação da infraestrutura às exigências do setor offshore e assegura a conformidade com as melhores práticas de sustentabilidade.

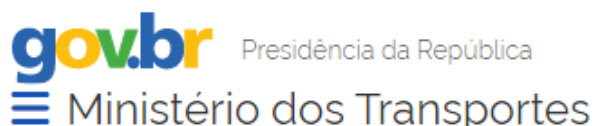
Potencial regional

Em 2024, Macaé foi a segunda cidade que mais gerou empregos no estado e foi reconhecida como o segundo melhor ambiente de negócios do país. Com base econômica sustentada por energia, agronegócio, logística e turismo, a cidade amplia sua conectividade e reforça seu papel estratégico com a modernização da infraestrutura aeroportuária.

Para o diretor-presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) a inauguração marca a importância da ampliação da infraestrutura para o fortalecimento da aviação regional e das operações offshore no Brasil. Ele enfatizou que a medida representa um avanço tanto em conectividade quanto em segurança. "Ao apresentar uma segunda pista, nós estamos falando de melhorar a conectividade e abrir possibilidades para o desenvolvimento. A gente está falando de manter uma operação com muito mais volume, mas também de maneira segura", completou.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/06/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RENAN FILHO DÁ PONTAPÉ INICIAL À OBRA CRUCIAL PARA DESAFOGAR TRÂNSITO NO TRECHO URBANO DA BR-116, EM CURITIBA (PR)

Evento nesta quarta (18) marca o início da duplicação do Contorno Norte da capital paranaense



Duplicação do Contorno Norte de Curitiba irá desafogar o trânsito no trecho urbano da BR-116, na capital paranaense

Os motoristas que enfrentam o trânsito intenso de caminhões no trecho urbano da BR-116, em Curitiba, vão passar a viver uma nova realidade com a duplicação do Contorno Norte da capital paranaense. O objetivo da intervenção é desviar o tráfego pesado de dentro da cidade.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, participou, nesta quarta-feira (18), do evento que marcou o início das obras.

"Eu fiz questão de estar aqui hoje porque eu acompanhei, quando cheguei no Ministério dos Transportes, o trauma que vivia o povo paranaense com o pedágio, que era caro e não mudava nada. Agora a gente vive um novo ambiente, porque obras sonhadas há muito tempo estão saindo do papel", afirmou Renan Filho.



A duplicação da PR-418, trecho conhecido como Contorno Norte, recebeu investimento de R\$170 milhões e abrange as cidades de Curitiba, Almirante Tamandaré e Colombo (PR).

Além da ampliação das pistas, o projeto contempla a construção de sete novos viadutos para otimizar o fluxo e a segurança no acesso aos bairros próximos. A entrega está prevista para 2027.

As melhorias são executadas pela concessionária Via Araucária, vencedora do leilão do Lote 1 do sistema de rodovias do estado do Paraná, que pretende investir R\$13,1 bilhões na infraestrutura

paranaense.

“Além do compromisso com grandes obras, a Via Araucária tem a transparência como uma das prioridades. A concessionária recebeu a certificação internacional ISO 37001, que atesta as boas práticas de ética e compliance. O início dessa obra é um marco de transformação”, disse Sérgio Santillán, diretor-presidente da Via Araucária.

O Lote 1 é composto por 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais, que conectam a região metropolitana de Curitiba, os Campos Gerais e o Centro-Sul do Paraná. São 18 municípios beneficiados.

“Agora estão começando as obras pesadas, como essa duplicação. Mas não é só essa, nós vamos voltar praticamente mês sim, mês não, para lançar obras importantes. Em agosto já tem mais duas duplicações novas. O Paraná vai receber mais de mil quilômetros de rodovias duplicadas. Então isso é uma transformação gigantesca”, disse o ministro dos Transportes.

Paraná no rumo certo

Quarto colocado no ranking do PIB brasileiro, o Paraná se destaca também quando o assunto é infraestrutura rodoviária.

Sucesso na atração de capital privado, o estado é o campeão nacional de leilões rodoviários: somente nesta gestão do Governo Federal foram 4 lotes concedidos. Em outubro, outros dois projetos vão a leilão. O investimento nas estradas paranaenses irá ultrapassar os R\$100 bilhões.

“Esse será também o maior volume de investimentos da história do Paraná pelos próximos 30 anos. O estado vai se consolidar cada vez mais na atração de novos negócios e geração de empregos”, celebrou o governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior.

Mais do que requalificar o asfalto, os projetos, que estão no Novo PAC, visam transformar a mobilidade, impulsionar a economia regional e garantir mais segurança para quem transita pelas rodovias.

“A infraestrutura une, ela integra. Independente se o sujeito é de direita, de esquerda ou de centro, todos sabemos da importância da infraestrutura para o desenvolvimento da sociedade”, finalizou Renan Filho.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/06/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES INVESTE R\$ 26 MILHÕES EM PONTO CRÍTICO DA BR-435/RO, EM COLORADO DO OESTE

Intervenção garante mais segurança viária e melhora o escoamento da produção agropecuária do Cone Sul de Rondônia



BR-435 é rota estratégica para o escoamento da produção agropecuária do Cone Sul de Rondônia. - Foto: Divulgação/DNIT (RO)

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, concluiu a reestruturação de um ponto crítico no km 47,7 da BR-435/RO, em Colorado do Oeste. As obras, que somaram aproximadamente R\$ 26 milhões em investimentos, incluíram a recuperação da plataforma da rodovia, a implantação de um novo sistema de drenagem, reforço estrutural,

sinalização e instalação de defensas metálicas.

A BR-435 é uma das principais rotas de escoamento da produção agropecuária do Cone Sul de Rondônia, ligando diretamente os municípios de Colorado do Oeste, Cerejeiras, Corumbiara, Cabixi e Pimenteiras do Oeste. A reabilitação do trecho garante mais segurança e trafegabilidade para usuários e transportadores, fortalecendo a logística regional.

Recuperação estrutural

Durante o período seco de 2024, equipes técnicas do DNIT identificaram sinais de erosão no local, ocasionados pelo comprometimento de uma antiga linha de bueiros e pela saturação do corpo de aterro. A solução adotada envolveu a instalação de um bueiro celular de concreto com seção de 2x2 metros, garantindo maior capacidade de vazão, resistência estrutural e facilidade de manutenção.

Para a estabilização do aterro, foi empregado material rochoso, conferindo maior durabilidade à estrutura reconstruída.

Ampliação da plataforma

A plataforma da rodovia foi ampliada de 7,2 para 12 metros de largura. A nova configuração contempla pista de rolamento com 7 metros e acostamentos de 2,5 metros em ambos os lados, todos pavimentados com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ). As camadas de base e sub-base foram executadas com brita graduada simples, promovendo maior resistência ao tráfego pesado.

O trecho recebeu ainda nova sinalização horizontal e vertical, além de defensas metálicas, elevando o nível de segurança viária.

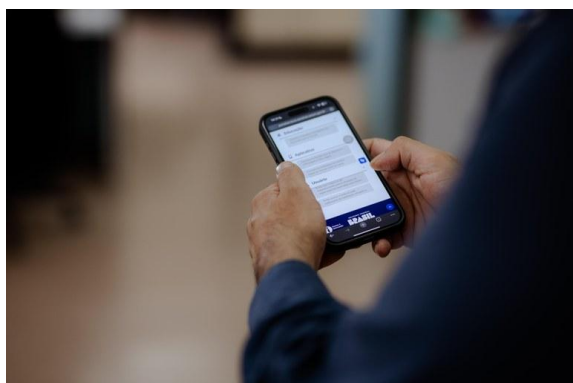
Com informações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/06/2025

RANKING DE DADOS: MAPA APONTA PONTUALIDADE DE 17 ESTADOS NO ENVIO DE INFORMAÇÕES À SENATRAN

Já outras 10 unidades da Federação estão em atraso com o Registro Nacional de Estatísticas e Sinistros de Trânsito



Atualização de dados sobre sinistros de trânsito contribui para o aperfeiçoamento de políticas públicas de segurança viária em todo o país - Foto: Marcio Ferreira/MT

Para reduzir o número de mortes e sinistros no trânsito brasileiro, é preciso aperfeiçoar, constantemente, as políticas públicas voltadas a esse problema. Mas para o planejamento e avaliação das ações, um fator é fundamental: o envio de dados atualizados de todos os estados brasileiros à Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran).

São essas informações que abastecem o Registro Nacional de Estatísticas e Sinistros de Trânsito (Renaest), uma ferramenta fundamental para embasar as estratégias de segurança viária no país.

“Com dados consistentes, atualizados, decisões importantes passam a se basear em informações atuais, o que aumenta a efetividade das ações e auxilia na execução das políticas públicas, com impactos diretos na redução de sinistros e de óbitos no trânsito”, alerta o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão.

Alinhados a essa política, 17 estados têm mantido o Renaest abastecido nos últimos três meses: Paraíba e Mato Grosso do Sul se destacam como os mais pontuais.



Ranking dos estados no envio de dados ao Renaest

Mas nem todos os estados parecem entender a importância de manter os dados em dia: dez deles estão com o envio atrasado. O caso mais grave é o do Rio Grande do Norte, que está há 36 meses - ou 3 anos - sem enviar as informações à Senatran.

O ranking da Senatran, que busca estimular o cumprimento das responsabilidades por parte das unidades da Federação, é publicado a cada três meses. Em 2024 a versão digital do sistema começou a ser testada.

O Renaest é integrado ao Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores), Renach (Registro Nacional de Condutores Habilitados) e Renainf (Registro Nacional de Infrações).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/06/2025

A aprovação, pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, da audiência pública para debater os critérios de legalidade e transparência da licitação do Tecon Santos 10 é um movimento salutar para a governança do setor portuário. O futuro megaterminal de contêineres do Porto de Santos (SP), com investimentos bilionários e um impacto projetado de aumento de 50% na capacidade de movimentação de cargas do complexo marítimo, demanda um escrutínio rigoroso para garantir a transparência e a concorrência no processo.

O requerimento do deputado Paulo Alexandre Barbosa, presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, reflete a preocupação com as restrições propostas pela Agência Nacional de



Transportes Aquaviários (Antaq). A decisão do diretor-geral substituto da agência, Caio Farias, de realizar o leilão em duas fases, vetando inicialmente a participação de empresas que já atuam no segmento de contêineres no Porto de Santos, tem gerado debates acalorados sobre a sua adequação aos princípios de ampla competição.

A presença esperada de figuras como o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o próprio Caio Farias e o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, juntamente com lideranças das principais entidades empresariais do setor, sugere um debate multifacetado e profundo. A oportunidade de ouvir diferentes perspectivas, desde os reguladores até os operadores portuários e armadores, é crucial para compreender os potenciais reflexos da proposta da Antaq na concorrência do maior porto do País.

O argumento de que o leilão de um empreendimento dessa magnitude, com uma outorga na casa dos bilhões e um plano de investimentos de mais de R\$ 6 bilhões, exige o máximo de cuidado, é perfeitamente compreensível. A busca pela “melhor briga entre as empresas” e pela “melhor proposta” é o que se espera de um certame público que impactará a infraestrutura logística e a economia por décadas. A restrição à participação de grandes players já estabelecidos no Porto de Santos, como Maersk, MSC, Santos Brasil e DP World, levanta questionamentos legítimos sobre o real impacto na valorização do ativo e na diversidade de proposições.

É fundamental que o debate sobre o leilão do Tecon Santos 10 seja conduzido com a máxima seriedade e tecnicidade. A audiência pública na Câmara dos Deputados representa uma plataforma essencial para que autoridades e especialistas analisem e apontem os reflexos da proposta apresentada pela Antaq para a concorrência pública. Esse processo de análise, que também se encontra sob escrutínio do Tribunal de Contas da União (TCU), é vital para garantir que o resultado do leilão seja benéfico para o País, atraindo investimentos robustos e assegurando a eficiência e a competitividade do Porto de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - CONCESSÃO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ DEVE OCORRER EM DEZEMBRO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

EXPECTATIVA FOI ANUNCIADA PELO MINISTRO DE PORTOS E AEROPORTOS, SILVIO COSTA FILHO, EM VISITA A MATO GROSSO DO SUL

A concessão da Hidrovia Paraguai-Paraná deve ocorrer ainda neste ano, provavelmente em dezembro, anunciou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, em visita a Mato Grosso do Sul nesta terça-feira, dia 17. O empreendimento, que envolverá cinco países (além do Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai), prevê a implantação de um canal industrial de navegação na faixa Oeste do Brasil, ligando os rios Paraguai e Paraná.

PROMESSA

Segundo Costa Filho, a futura hidrovia “vai ajudar no escoamento da celulose. Aqui, em primeira mão, governador (Eduardo Riedel), quero lhe dar uma notícia. Se Deus quiser, agora no mês de dezembro, nós estaremos juntos lá em São Paulo, lá na B3, para bater ao lado da bancada do Congresso Nacional, para bater o martelo e anunciar a concessão do Paraguai, que será fundamental aqui para a região”.

RISCOS

Segundo informações do Ministério, a hidrovia percorrerá 4.122 quilômetros pelos cinco países, indo de Cáceres (MT) até Nueva Palmira, no Uruguai. De acordo com especialistas, um dos riscos associados ao projeto é que sua implantação ameace a preservação da região do Pantanal.

REGRAS MAIS MODERNAS

As operações de contêineres nos portos brasileiros devem contar com novas regras, mais atualizadas, de modo a melhorar processos, como a cobrança do demurrage – a sobre-estadia do contêiner com o dono da carga. A avaliação é da diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Flávia Takafashi, e foi destacada em sua participação na audiência pública que a Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados realizou nessa terça-feira, dia 17, em Brasília.

ANTAQ EM AÇÃO

Segundo Flávia, essa nova regulamentação pode ser feita pela própria Antaq. O objetivo é que, com as novas regras, o custo dos gargalos logísticos e de seus reflexos no demurrage não seja pago apenas pelo dono da carga.

NOVOS DESAFIOS

O ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União (TCU), se prepara para deixar a corte. Sua saída deve ser oficializada no final do ano. E seu futuro estará na iniciativa privada, provavelmente no ramo siderúrgico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

NACIONAL - INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E TECNOLOGIA MARCAM DEBATES DA CARAVANA EM SÃO LUÍS

Evento destacou uso da inteligência artificial, inclusão digital e integração entre agentes públicos e privados no futuro do setor portuário

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O encontro ocorreu no Multicenter Sebrae e reuniu gestores, especialistas e autoridades do setor para debater os desafios e perspectivas da modernização logística no Brasil

A cidade de São Luís (MA) sediou na terça-feira (17) mais uma edição da Caravana da Inovação, iniciava promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor), em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o HUB Brasil Export. O evento integrou a programação da sexta edição do InovaPortos, um dos principais encontros do setor voltado à

discussão sobre transformação digital e o uso de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, na gestão portuária.

O encontro ocorreu no Multicenter Sebrae e reuniu gestores, especialistas e autoridades do setor para debater os desafios e perspectivas da modernização logística no Brasil. A proposta da Caravana é fomentar a cultura da inovação nos portos públicos por meio do diálogo entre representantes do governo, da comunidade técnica e do ecossistema de inovação.

“Inovar é preciso!” foi o lema adotado para esta edição, que abordou temas como digitalização, sustentabilidade, governança e inclusão tecnológica, com destaque para os pilares ESG – ambiental, social e de governança. A abertura foi conduzida pela diretora de Gestão e Modernização Portuária do MPor, Ana Carolina Bomfim, que destacou a relevância estratégica dos portos brasileiros. Segundo ela, o desempenho recorde de 1,32 bilhão de toneladas movimentadas em 2024 “não é apenas uma estatística, ele reflete a força da economia brasileira e a crescente importância dos nossos portos no cenário global”. A diretora também ressaltou que “a inteligência artificial e a



automação nos permitem aumentar a eficiência, reduzir custos, melhorar a segurança e, principalmente, oferecer um serviço de qualidade superior aos usuários”.

Representando a Antaq, a superintendente de ESG e Inovação, Cristina Castro, chamou atenção para a necessidade de humanizar o uso das tecnologias. “O foco agora é como usar a tecnologia para beneficiar essas pessoas, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades”, afirmou.

A ouvidora do MPor, Maíra Cervi Barrozo do Nascimento, reforçou o compromisso do Governo Federal em integrar inovação com os pilares ESG. “Nesta edição, por exemplo, temos apresentações institucionais e dois painéis que dialogam diretamente com o trabalhador portuário e com a governança do ecossistema de inovação, um tema que o Ministério tem dado cada vez mais atenção”, declarou.

Durante sua participação, o diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do MPor, Tetsu Koike, abordou questões estruturantes da inovação no setor, como o engajamento dos agentes públicos e privados, o fortalecimento da cultura inovadora e os mecanismos de financiamento contínuo. “O porto organizado é um bem público. Ele cumpre uma função essencial e estratégica para o Brasil”, destacou. Koike também enfatizou a necessidade de disseminar o conhecimento: “Se vivemos na sociedade da informação, é nossa obrigação produzir conhecimento e compartilhar esse saber para além das fronteiras do nosso setor, da nossa região e até do nosso país. A informação só ganha valor quando gera conhecimento e promove transformação. E isso só acontece quando as pessoas, nosso maior ativo em qualquer processo de inovação, fazem acontecer”.

Ações

Entre as ações do MPor voltadas à modernização do setor, foram apresentados o Programa Navegue Simples, que propõe desburocratizar as outorgas portuárias; a Política de Sustentabilidade da pasta, que abrange os segmentos portuário, aquaviário, aeroviário e aeroportuário; e as próprias Caravanas da Inovação, que vêm percorrendo o país com o objetivo de impulsionar a transformação dos portos públicos.

A presidente em exercício do Porto do Itaquí, Isa Mary Mendonça, destacou a importância da agenda. Para ela, a Caravana representa “uma iniciativa ousada, visionária e criativa, para inspirar e conectar quem acredita no desenvolvimento contínuo e sustentável da nossa atividade portuária”.

Esta foi a terceira parada da Caravana em 2025, que já passou por Pernambuco e Bahia. A próxima edição está marcada para agosto, em Fortaleza (CE). A sétima edição do InovaPortos, por sua vez, será realizada em 2026, com sede já confirmada no Rio de Janeiro, sob a coordenação da PortosRio.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 18/06/2025

NACIONAL - LEILÃO ARRECADA QUASE R\$ 1 BI COM BLOCOS DE PETRÓLEO EM QUATRO BACIAS

Petrobras adquire 13 áreas nas bacias da Foz do Amazonas e de Pelotas; protestos de indígenas, quilombolas e ambientalistas marcaram o evento no Rio de Janeiro

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou na terça-feira (17) mais uma rodada da Oferta Permanente de Concessão, com a negociação de 34 blocos de exploração nas bacias do Parecis, Foz do Amazonas, Santos e Pelotas. Ao todo, foram ofertadas 172 áreas, somando 28.359,55 quilômetros quadrados.

Nove empresas — duas brasileiras e sete estrangeiras — arremataram blocos com um desembolso total superior a R\$ 989 milhões. A estimativa de investimentos mínimos na fase de exploração

ultrapassa R\$ 1,45 bilhão. A Petrobras teve participação de destaque, com a aquisição de dez blocos na Bacia da Foz do Amazonas e outros três na Bacia de Pelotas, por R\$ 139 milhões.



Na rodada da Oferta Permanente de Concessão, nove empresas — duas brasileiras e sete estrangeiras — arremataram blocos com um desembolso total superior a R\$ 989 milhões

A diretora-geral interina da ANP, Patricia Baran, celebrou os resultados na chamada Margem Equatorial, que compreende uma faixa do litoral norte do Brasil, considerada promissora para a produção offshore.

“Tivemos ágio de quase 3.000% em áreas da Margem Equatorial e concorrência em 7 dos 19 blocos arrematados. Esta foi a primeira vez que áreas dessa região foram ofertadas na modalidade de oferta permanente”, disse Patrícia. “O resultado de hoje, na visão da ANP, foi bastante positivo, demonstrando a confiança dos investidores no potencial exploratório do Brasil”.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que a inclusão das novas áreas faz parte de uma estratégia para descentralizar os ganhos do setor de petróleo e gás.

“Nós temos plenas condições de levar a riqueza do petróleo com muita responsabilidade para todas as regiões do Brasil. Estamos trabalhando para que o crescimento econômico seja acompanhado de inclusão social, compromisso ambiental e geração de empregos de qualidade em todas as partes do país”, disse o ministro.

O leilão, no entanto, foi alvo de protestos. Indígenas do povo Tapayuna, de Mato Grosso, realizaram uma manifestação em frente ao hotel onde ocorreu o evento, no Rio de Janeiro.

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) também se posicionou contra o leilão, especialmente contra a oferta do Bloco 59, na costa do Amapá, próxima de territórios quilombolas.

“Denunciamos a ausência de diálogo e a resistência das autoridades em escutar os quilombolas, bem como os demais povos que habitam as regiões impactadas. Essa negligência institucional configura racismo ambiental e estrutural, ao colocar comunidades negras rurais e seus territórios em risco, privilegiando interesses econômicos e grandes corporações”, diz trecho da nota da Conaq.

Outro protesto foi realizado por pescadores e ativistas do Instituto Arayara, que ergueram faixas na Baía de Guanabara. O grupo afirmou que a exploração petrolífera representa um risco climático e socioambiental.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/06/2025

NACIONAL – MINISTÉRIO CRIA GRUPO DE TRABALHO PARA ESTRUTURAR A DOCAS DE ITAJAÍ

Equipe técnica vai participar da elaboração da medida provisória que estabelece a nova autoridade portuária federal

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A Secretaria Nacional de Portos, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, anunciou a criação de um grupo de trabalho que irá atuar diretamente na elaboração do texto da Medida Provisória (MP)

que criará a Companhia Docas de Itajaí, estatal que será responsável pela administração e gestão do Porto de Itajaí, em Santa Catarina.



O anúncio foi feito pelo secretário nacional de Portos, Alex Ávila, durante reunião na sede do órgão, com representantes da equipe técnica da Superintendência do Porto de Itajaí

O anúncio foi feito na segunda-feira (16) pelo secretário nacional de Portos, Alex Ávila, durante reunião realizada na sede do órgão, em Brasília (DF), com representantes da equipe técnica da Superintendência do Porto

de Itajaí.

Ávila afirmou que há uma orientação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro Silvio Costa Filho para acelerar o processo de criação da nova empresa pública.

“O grupo de trabalho será coordenado pelo Ministério, mas com representantes do Porto de Itajaí para auxiliar na elaboração da Medida Provisória (MP)”, declarou o secretário.

O grupo terá como foco o debate técnico sobre a proposta de criação da empresa pública federal, que assumirá as funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Itajaí. A partir desse grupo, será elaborado o texto da MP a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Durante visita ao porto em maio — a primeira do presidente Lula após a federalização do complexo —, o ministro Silvio Costa Filho já havia confirmado que o governo enviaria uma Medida Provisória ao Congresso com esse objetivo.

A criação da Docas de Itajaí é considerada essencial para garantir que o complexo portuário tenha seu próprio orçamento federal. Atualmente, os recursos orçamentários de Itajaí estão vinculados à Autoridade Portuária de Santos.

Na última semana, o superintendente do Porto de Itajaí, João Paulo Tavares Bastos, reuniu-se com a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que se comprometeu a articular pela votação célere da MP no Congresso.

Participaram da reunião em Brasília, representando o Porto de Itajaí, o chefe de gabinete Artur Antunes Pereira e os assessores executivos Rafael Vano Canela e Marcelo Peres.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

NACIONAL - BRASIL EXPORT GANHA NOVOS CONSELHEIROS

Representantes de MT, TO, RS e litoral de SP passam a integrar o movimento que reúne lideranças da infraestrutura e logística nacional

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

Maior movimento de debates dos setores de infraestrutura, transportes e portos do País, o Fórum Brasil Export passa a contar com quatro novos conselheiros. O presidente da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (ATR), Matheus Pereira Martins, é o mais recente integrante do conselho do Tocantins Export. O coordenador de Internacionalização do Sistema FIEMT, da Federação das Indústrias do Mato Grosso, Antônio Lorenzini, foi incluído no conselho do Centro Oeste Export.



Matheus Martins, Antônio Lorenzini, Patrícia Brentano e Thaís Margarido passaram a integrar conselhos do Brasil Export

Já o colegiado do Sul Export foi reforçado com a gerente de Produto da Norcoast, Patrícia Lia Brentano. E o conselho do Santos Export recebeu a secretária de Desenvolvimento Econômico e Portuário na Prefeitura de Guarujá (SP), Thaís Margarido.



os temáticos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

REGIÃO CENTRO-OESTE - GOVERNO INVESTE R\$ 658 MILHÕES NA MODERNIZAÇÃO DE AEROPORTOS EM MS

Pacote de obras abrange os aeroportos de Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã e Dourados

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebene.com.br



O anúncio foi feito durante evento realizado no Aeroporto Internacional de Campo Grande, com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e outras autoridades

O governo federal anunciou na terça-feira (17) um pacote de R\$ 658 milhões em investimentos para obras de ampliação e modernização nos aeroportos de Campo Grande, Corumbá, Ponta Porã e Dourados, em Mato Grosso do Sul. Os recursos fazem parte da Fase 1B do Brasil e devem ser aplicados até junho de 2026.

O anúncio foi feito durante evento realizado no Aeroporto Internacional de Campo Grande, com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e outras autoridades. O consórcio formado pelas empresas Construcap e Copasa será responsável pelas obras em Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, enquanto a Engetal executará os trabalhos no terminal de Dourados

Ao comentar os investimentos, o ministro destacou a articulação entre União e governo estadual. “Essa parceria que o governo do presidente Lula tem feito com o governador Eduardo Riedel (PSDB) é muito benéfica para Mato Grosso do Sul. Hoje, temos mais de R\$ 1 bilhão em obras de infraestrutura em andamento e outros R\$ 658 milhões em investimentos nos aeroportos, que vão fortalecer a aviação regional, o turismo de negócios, o turismo de lazer e ajudar ainda mais no crescimento da economia do estado. Campo Grande precisava de um aeroporto mais estruturado para acompanhar esse boom de desenvolvimento que está vivendo”, disse.



Costa Filho também mencionou negociações com companhias aéreas para ampliação da malha regional. “Estamos em diálogo com a Gol, a Azul e a Latam, ao lado da AENA, para que possamos ampliar a conectividade aérea do estado. Sabemos que há um desafio global com a falta de aeronaves, mas estamos trabalhando para que, 36so do Sul receba mais voos e mais opções para a população.”

Durante a cerimônia, foi inaugurada também a Sala Multissensorial do terminal de Campo Grande, voltada ao atendimento de passageiros com transtorno do espectro autista (TEA) e outras condições sensoriais.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, presente ao evento, elogiou a gestão do ministro de Portos e Aeroportos. “O ministro Sílvio Costa Filho, está conseguindo fazer, em dois anos e meio, o que não foi feito nos últimos oito anos. Não é uma comparação ideológica ou partidária, é um reconhecimento a quem se propôs a entregar e está entregando.”

Tebet também ressaltou a articulação entre poder público e setor privado para viabilizar obras. “O que faz o país dar certo é a junção do investimento público com o investimento privado, e Mato Grosso do Sul é um exemplo disso. Um estado pequeno, mas que já recebeu mais de R\$ 15 bilhões em investimentos diretos e indiretos”, afirmou.

O secretário nacional de Aviação Civil, Tomé Franca, disse que o país vive um momento favorável para o setor. “Estamos vivendo um ciclo histórico de investimentos em infraestrutura aeroportuária no Brasil. Só em 2024, entregamos mais de 40 aeroportos requalificados. Aqui em Mato Grosso do Sul, o que estamos fazendo é um dos maiores investimentos de uma só vez na história do estado, e temos muito orgulho de liderar esse processo.”

Aeroporto de Campo Grande será ampliado para receber voos internacionais

Com investimento previsto de R\$ 280 milhões, o Aeroporto Internacional de Campo Grande passará por obras de ampliação que pretendem transformar o terminal em um hub regional com capacidade para operar voos internacionais. A iniciativa faz parte do pacote de R\$ 658 milhões anunciado pelo governo federal para modernizar a infraestrutura aeroportuária de Mato Grosso do Sul.

Entre as intervenções previstas no terminal estão a construção de um segundo piso, ampliação da área de 10 mil m² para 12 mil m², instalação de cinco pontes de embarque e reforma do pátio, que passará a contar com 11 posições de estacionamento. Também serão realocados os pontos de abastecimento de aeronaves, construída uma taxiway de saída rápida com acesso à área militar e ampliadas as áreas de estacionamento para veículos.

“Vamos praticamente construir um terminal novo dentro do existente, com reestruturação completa de fundações, novos equipamentos e ampliação da capacidade para 2,6 milhões de passageiros por ano”, afirmou o diretor-presidente da AENA Brasil, Santiago Yus.

O aeroporto da capital sulmato-grossense opera atualmente com voos domésticos das companhias Azul, Latam e Gol. Em 2024, foram registrados 1,5 milhão de passageiros. Apenas no primeiro quadrimestre de 2025, o número de embarques e desembarques chegou a 517 mil — alta de 14% em relação ao mesmo período do ano passado.

Outras cidades

Ponta Porã terá o terminal de passageiros ampliado de 800 m² para 2.600 m². Entre as obras previstas estão a construção de uma nova sala de embarque com dois portões, reforma do pátio de aeronaves, instalação de áreas de escape nas cabeceiras da pista, novo pátio para aviação geral e um prédio para órgãos públicos. O investimento total é de R\$ 175 milhões.

Em Corumbá, o terminal será ampliado de 1.950 m² para 2.850 m². As melhorias incluem áreas de escape, reconfiguração do pátio de aviação geral, adequações operacionais e instalação do sistema

PAPI (sigla em inglês para Indicador de Percurso de Aproximação de Precisão) na cabeceira 09. O valor destinado é de R\$ 165 milhões.

Já em Dourados, o projeto prevê um novo terminal de passageiros e estruturas auxiliares. A obra receberá R\$ 38 milhões do governo federal e R\$ 669 milhões do governo estadual.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

NACIONAL - COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PARA LICITAÇÃO DO TECON SANTOS 10

Proposta é discutir o processo do arrendamento portuário após as restrições para participantes do leilão

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O documento referente ao projeto do megaterminal no Porto de Santos encontra-se atualmente sob análise do TCU, que dará parecer final antes da marcação da data do leilão

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou, durante sessão realizada na terça-feira (17), a realização de uma audiência pública para debater os critérios de legalidade e transparência da licitação do Tecon Santos

10, o futuro megaterminal e contêineres e carga geral do Porto de Santos (SP).

Apesar da confirmação da realização da sessão pública, a data ainda não foi definida pela Comissão. Na última semana, ao BE News, o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDBSP), autor do requerimento solicitando a sessão pública, disse que a audiência deverá acontecer até o início de julho.

“Teremos no Porto de Santos o maior leilão da história recente. É natural que a gente tenha concorrência ampla, transparente, para termos as melhores propostas. Queremos uma boa briga entre as empresas e que vença o melhor. Estamos discutindo uma outorga na casa de bilhões, com um plano de investimentos de mais de R\$ 6 bilhões. Temos que ter todo cuidado com esse leilão. Vamos chamar uma audiência pública na Câmara para discutir essa decisão que parece equivocada, que restringe a competição. Queremos uma competição ampla, para conseguir a melhor proposta”, disse o parlamentar.

A comissão afirmou que quer que participem da audiência pública o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; o diretor-geral substituto da Antaq, Caio Farias; o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, além de lideranças das principais entidades empresariais do setor portuário, como a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI); o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), além de operadores portuários e armadores.

O documento referente ao projeto encontra-se atualmente sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU), que dará seu parecer final antes da marcação da data do leilão.

A decisão para a realização da audiência pública é em resposta aos estudos promovidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que visam restrições para operadores e armadores que já atuam no segmento de contêineres no maior porto do país.



A decisão do diretor-geral substituto da agência, Caio Farias, é de realizar o leilão do terminal em duas fases, vetando a participação de empresas que já atuam no segmento de contêineres no Porto de Santos na primeira etapa. Dessa forma, as empresas só poderiam participar do certame na segunda fase - que se ocorre se a primeira não vesse interessados.

A decisão da Antaq torna improvável, portanto, a participação de grandes operadores verticalizados que já atuam no Porto de Santos, como a Maersk e a MSC — sócias no terminal BTP — e a Santos Brasil, que foi adquirida pela CMA CGM, além da DP World, que possui seu terminal na margem esquerda do complexo portuário santista.

Projeto

O Tecon Santos 10 deve se tornar o maior arrendamento portuário em volume de investimentos já previsto no Brasil. O megaterminal, projetado para aumentar em até 50% a movimentação de contêineres no Porto de Santos, busca atender à crescente demanda do setor.

O investimento esmado é de R\$ 6,45 bilhões, com capacidade para movimentar até 3,5 milhões de TEU — unidade padrão equivalente a um contêiner de 20 pés — por ano. O projeto prevê quatro berços de atracação, aptos a receber os maiores navios em operação no mundo, e deve gerar mais de 3 mil empregos diretos, desde a fase de obras até o início das atividades.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

NACIONAL – ESG EM FOCO - Encontro em Brasília discute financiamento sustentável

Evento promovido pelo Instituto Global ESG reúne representantes do setor público, privado e da sociedade civil e lança novas parcerias voltadas à economia verde

Por ALINE BECKETTY aline.beckey@redebenews.com.br

O Instituto Global ESG promoveu nesta semana, em Brasília (DF), o Global Meeting de Finanças Sustentáveis, reunindo representantes do setor público, privado e da sociedade civil para discutir o avanço das práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) no país. O encontro também marcou o lançamento de novas parcerias e reflexões sobre políticas públicas, infraestrutura e crédito sustentável.

Durante o evento, o presidente do instituto e fundador do Movimento ESG na Prática, Alexandre Arnone, destacou a necessidade de ampliar o acesso à informação sobre ferramentas de financiamento com foco em sustentabilidade.

“Essas reuniões são fundamentais para que o contexto empresarial conheça as ferramentas já disponíveis para o financiamento sustentável”, afirmou.

Arnone também chamou a atenção para a aplicação dos princípios ESG em grandes obras de infraestrutura. Segundo ele, a nova Lei de Licitações já permite que critérios de sustentabilidade sejam utilizados como fator de desempate em concorrências públicas, valorizando empresas que apresentam práticas responsáveis em seus projetos e governança.

Outro ponto importante do encontro foi a participação da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (ABRIG), representada pelo presidente Jean Castro, que ressaltou o papel estratégico da articulação institucional para garantir avanços consistentes na pauta.

“As ações ESG são um marco da evolução humana e a discussão precisa buscar a melhor equação para ser economicamente sustentável também”, destacou.

O evento reforçou o compromisso de diferentes instituições com a consolidação de um marco regulatório sólido para as finanças sustentáveis no Brasil, ampliando o diálogo e o engajamento de todos os setores envolvidos na transição para uma economia verde.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025



REGIÃO SUDESTE - PORTO DE SANTOS BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM MAIO

Complexo processa 16,6 milhões de toneladas no mês e responde por 29,8% da corrente comercial brasileira no acumulado do ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Também se destacou a carga geral containerizada, que somou 477 mil TEU, um crescimento de 7,5% e o maior volume para o mês de maio já registrado no complexo

O Porto de Santos (SP) alcançou em maio o maior volume mensal de cargas já registrado em sua história, com 16,6 milhões de toneladas movimentadas. O resultado representa um crescimento de 5,1% em relação a maio de 2024 e também consolida o melhor desempenho já obtido para esse mês.

A marca histórica foi impulsionada principalmente pelo bom desempenho dos graneis sólidos, com crescimento de 5,3%. A movimentação de soja em grãos avançou 12,6% e a de farelo de soja, 6,9%. Também se destacou a carga geral containerizada, que somou 477 mil TEU (unidade padrão de contêiner), um crescimento de 7,5% e o maior volume para o mês de maio já registrado no complexo.

Os graneis líquidos tiveram aumento de 2,3% sobre maio do ano anterior, com 1,6 milhão de toneladas movimentadas. Entre os destaques estão o óleo combustível, com alta de 51,3% nos embarques, e os sucos cítricos, que cresceram 11,8%.

“Este recorde histórico em maio reflete a excelência da gestão portuária e a robustez da nossa logística. Cada tonelada movimentada é fruto de planejamento estratégico, investimentos em eficiência operacional e parcerias sólidas com o setor privado”, comenta Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos.

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, também destacou a importância dos resultados. “O resultado recorde do Porto de Santos é reflexo do aquecimento da economia, do fortalecimento das relações comerciais do Brasil com outros países e dos investimentos em infraestrutura e modernização do maior complexo portuário da América Latina” afirmou.

Outro segmento com desempenho expressivo foi o de carga geral solta, que registrou 1,1 milhão de toneladas movimentadas em maio — aumento de 36,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento foi puxado principalmente pelo transporte de celulose, que somou 919,2 mil toneladas, uma alta de 45,5%. Também se destacaram os desembarques de enxofre (141,8 mil toneladas, +29,9%), soda cáustica (129,7 mil toneladas, +65,3%) e trigo (126,1 mil toneladas, +12,8%).

A movimentação de navios reflete o ritmo de expansão do complexo. Foram registradas 495 atracações em maio, número 4,9% superior ao de 2024.

Acumulado

Entre janeiro e maio deste ano, o Porto de Santos ampliou sua participação na logística nacional, respondendo por 29,8% da corrente comercial brasileira — avanço sobre os 29,3% registrados no mesmo período do ano passado. A China manteve-se como o principal parceiro comercial do complexo, com 29,3% das transações internacionais do porto.

A movimentação de contêineres também bateu recorde no acumulado do ano, com 2,29 milhões de TEUS processados, número 6% superior ao dos cinco primeiros meses de 2024.

As cargas gerais soltas mantiveram a tendência de alta e também registraram recordes no acumulado do ano. A performance tem sido sustentada pelo desempenho da celulose, além de outros produtos industriais e agrícolas.

Apesar do cenário amplamente positivo, alguns segmentos registraram recuos pontuais, como os embarques de açúcar (queda de 7,2%) e de café (queda de 21,4%), influenciados por fatores sazonais e variações de mercado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

REGIÃO SUDESTE - SP APRESENTA PROJETOS DE INFRAESTRUTURA A BANCOS E INSTITUIÇÕES NA CHINA

Agenda desta terça incluiu reuniões com ICBC, AIIB, CDB e destaque para o Trem Intercidades e o túnel Santos-Guarujá

A missão oficial do Governo de São Paulo à China teve, na terça-feira (17), uma agenda voltada a parcerias financeiras e projetos de infraestrutura. A comitiva paulista se reuniu com representantes do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), do China–Latin America Infrastructure Forum (CLAC), do China Development Bank (CDB) e do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB), além de ter participado de um novo encontro com a China Communications Construction Company (CCCC).

Entre os destaques das reuniões estiveram o Trem Intercidades Eixo Oeste, que prevê investimento de R\$ 11,6 bilhões, e o túnel imerso Santos–Guarujá, com 1,5 km de extensão e leilão previsto para o terceiro trimestre deste ano.

“Estamos apresentando um portfólio sólido, com segurança regulatória, impacto social e capacidade técnica reconhecida. A receptividade nas reuniões confirma que São Paulo é hoje uma das principais vitrines de infraestrutura sustentável da América Latina”, afirmou o secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

As atividades da missão começaram na segunda-feira (16), com encontros em Pequim com a China Railway Signal & Communication Corporation (CRSC) e a CRRC Corporation Limited, referências mundiais em tecnologia ferroviária. À tarde, a delegação se reuniu com o Bank of China e a própria CCCC, que também participou de um jantar institucional com os representantes do governo paulista.

Liderada por Rafael Benini, a comitiva inclui o presidente da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), André Isper, e o diretor de Assuntos Corporativos da Companhia Paulista de Parcerias (CPP), Augusto Almudin.

A missão segue até o próximo dia 27, com agendas também na Coreia do Sul e no Japão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

C O N E X Ã O NORDESTE - INOVA PORTOS REÚNE AUTORIDADES PORTUÁRIAS DO PAÍS NO PORTO DE ITAQUI



**HEITOR
GREGÓRIO**

O Porto do Itaqui, em parceria com o Sebrae/MA, realiza a 6ª edição do InovaPortos, considerado o maior evento de inovação no setor portuário do País. Com o tema “Transformação Digital e Inteligência Artificial no setor portuário”, o fórum reúne mais de 300 participantes no auditório do Multicenter Sebrae, em São Luís (MA).

A programação atrai representantes de diversos portos brasileiros, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Ministério de Portos e Aeroportos, além de empresas como a Vale e instituições de ensino. Estudantes de escolas e universidades também marcam presença, refletindo o caráter inclusivo do evento.



Entre os destaques da agenda estão a Caravana da Inovação (iniciava do Ministério de Portos e Aeroportos que, após passar por Pernambuco e Bahia, desembarca no Maranhão para fortalecer o diálogo entre o Governo, técnicos e o ecossistema de inovação), o Torneio de Robótica (competição entre estudantes da rede pública e privada, promovendo o interesse pela tecnologia desde a educação básica) e o Prêmio Porto do Itaqui (um reconhecimento a projetos inovadores nas áreas de Logística, meio ambiente, digitalização e integração porto-cidade).

Segundo Gabriel Mateucci Cassia, gerente de pesquisa e inovação do Porto do Itaqui, o InovaPortos busca aproximar o setor da sociedade. “Queremos conectar desde alunos do ensino fundamental até professores universitários. A educação é uma ponte essencial para a inovação”, afirma.

E não é por acaso que o Itaqui se consolida como referência nacional. Em 2024, conquistou o 4º lugar no Prêmio Agilidade Brasil, sendo o porto público com maior número de iniciativas digitais no País. “Já entregamos 33 soluções inovadoras desde 2022, por meio de nosso Programa de Residência em Inovação Portuária”, destaca o diretor de operações, Carlos Roberto Frisoli.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

C O N E X Ã O NORDESTE - BACIA POGUAR NÃO RECEBEU PROPOSTA EM LEILÃO DA ANP



A Bacia Potiguar, que teve blocos ofertados nessa terça-feira, dia 17, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não recebeu propostas de empresas interessadas na exploração da área. O leilão ocorreu dentro do 5º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão (OPC), principal modelo de licitação para exploração de petróleo e gás natural no País.

A área leiloadada, denominada SPOT-AP1, está localizada no mar e inclui 16 blocos exploratórios situados entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, na chamada Margem Equatorial brasileira. Do total, dois blocos estão no território potiguar e os demais no estado vizinho. Apenas um deles está em águas rasas. Os demais são blocos de águas profundas.



Além da Bacia Potiguar, outros setores ficaram sem lances, como os situados nas bacias do Parecis, da Foz do Amazonas, de Santos e de Pelotas — um indicativo de cautela por parte do setor frente a desafios técnicos, ambientais ou econômicos. De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), apesar do resultado desfavorável para a Bacia Potiguar, o leilão atraiu grande diversidade de investidores nacionais e internacionais e superou expectativas com arrecadação de R\$ 989 milhões em bônus de assinatura, garantindo R\$ 1,45 bilhão

em investimentos exploratórios, o melhor resultado da história do sistema de oferta permanente de concessão em arrecadação estatal.

"Esse resultado comprova que estamos no caminho certo. Não se trata apenas de mais investimento e progresso para o Brasil por meio dos recursos vindos do setor de óleo e gás, mas da certeza de que o meio ambiente tem sido respeitado com essa iniciativa. O Governo Federal, por meio do MME, tem garantido segurança jurídica e estabilidade regulatória para os investidores. As empresas estão apostando nas nossas ações, na nossa condução responsável e no nosso compromisso com o desenvolvimento econômico e social do País", afirmou o ministro Alexandre Silveira, comemorando o resultado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

C O N E X ã O NORDESTE - PREFEITO DE JOÃO PESSOA, SECRETÁRIO DE NATAL E OUTROS GESTORES BRASILEIROS CONSEGUEM DEIXAR ISRAEL E JÁ ESTÃO A CAMINHO DO BRASIL



A comitiva de gestores municipais brasileiros conseguiu chegar à Jordânia na manhã dessa segunda-feira, 16 de junho. "Após um percurso de 1h40 e uma espera de mais 1h30 nos trâmites do posto de saída de Israel, conseguimos chegar à fronteira com a Jordânia, onde fomos muito bem recebidos por diplomatas brasileiros – em segurança", relatou o secretário municipal de Planejamento de Natal, Vagner Araújo.



"Fomos o primeiro grupo a sair. Alguns brasileiros e grupos de outros países que estavam com a gente preferiram ficar, por receio de fazer esse percurso até a fronteira diante de algum risco de incidentes. Dos 18 brasileiros, viemos 12, entre os quais os prefeitos Cícero Lucena (João Pessoa), Álvaro Damião (Belo Horizonte), Welberth Rezende (Macaé), Johnny Michael (Nova Friburgo) e Francisco Nélio – ex-prefeito de Santarém e atual secretário estadual do Pará. Seis brasileiros resolveram ficar, como foi o caso da vice-prefeita de Florianópolis, Maryanne", disse Vagner.

Nessa terça-feira, dia 17, o grupo já estava retornando ao Brasil, em voo que partiu da Arábia Saudita e fez uma parada técnica, continuando nesta quarta-feira, dia 18.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025

C O N E X ã O NORDESTE - MARCO DECISIVO PARA SUAPE COMO POLO ESTRATÉGICO DA NOVA ECONOMIA



Consolidando Pernambuco como polo energético do Nordeste, a governadora Raquel Lyra celebrou o novo contrato firmado pela OnCorp com uma multinacional, para o afretamento de uma Unidade



Flutuante de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (FSRU), no Complexo Industrial Portuário de Suape. A embarcação possui uma maior capacidade de armazenamento do que o previsto e amplia a oferta de gás natural no Nordeste, contribuindo para a diversificação de fornecedores e promovendo maior competitividade nos preços de GNL.

A assinatura foi realizada na última quinta-feira, dia 15, em Nova York (Estados Unidos), durante missão internacional da comitiva

pernambucana. “A assinatura deste contrato é um passo histórico para a consolidação de Pernambuco como polo energético do Nordeste. O terminal (de regaseificação, Regás) de Suape será um diferencial estratégico na matriz energética do Brasil. E a parceria da OnCorp (proprietária da Regás), junto com a Shell, é a prova de que estamos prontos para receber grandes investimentos e gerar desenvolvimento sustentável para o nosso povo”, destacou Raquel Lyra.

Devido à confidencialidade do contrato firmado, não foram divulgados os nomes da empresa dona do FSRU e da própria embarcação.

A formalização do contrato é um marco para o Porto de Suape, pois garante um dos principais componentes da operação: a unidade flutuante que permitirá o recebimento e a conversão do GNL para comercialização. Essa parceria da OnCorp com uma empresa multinacional especializada em plataformas marítimas garante maior robustez técnica e reforça o papel de Suape como o primeiro terminal multiusuário de GNL do Brasil.

O diretor-presidente da OnCorp, João Guilherme Mattos, destacou a importância da conquista. “Este acordo é resultado de um trabalho técnico rigoroso e de uma articulação estratégica com nossos usuários que vêm sendo construída no último ano. A FSRU contratada terá uma capacidade de armazenamento superior ao previsto inicialmente, o que amplia a eficiência do terminal e contribui para o aumento da oferta de gás natural no Nordeste. Este equipamento servirá para estimular a modicidade tarifária, fomentando a atração de novos investimentos industriais para Pernambuco”, afirmou.

O projeto do Regás, o terminal de regaseificação de Suape (em destaque na foto), é uma das principais apostas para a diversificação da matriz energética nordestina. Com a divisão da capacidade dessa unidade entre dois grandes grupos internacionais, a instalação se consolida como uma alternativa segura, escalável e eficiente para o fornecimento de gás natural na região. Na assinatura do contrato, estiveram presentes o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Guilherme Cavalcanti; o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), André Teixeira Filho; a presidente da divisão de gás natural da Shell Américas, Jill Davies; e o diretor-presidente da OnCorp, João Mattos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/06/2025



EIXOS – NOTÍCIAS DE ENERGIA E POLITICA

PETROBRAS VAI RETOMAR OPERAÇÃO DAS FÁBRICAS DE FERTILIZANTES DA BAHIA E SERGIPE EM NOVEMBRO

Companhia estima que vai conseguir suprir metade da ureia consumida no mercado nacional

Por Gabriela Ruddy



A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, fala durante coletiva sobre os resultados financeiros da companhia em 2024 (Foto Rafa Pereira/Petrobras)

RIO — A Petrobras prevê retomar as operações das fábricas de fertilizantes na Bahia e em Sergipe em novembro, após a contratação dos equipamentos e serviços, segundo a presidente da companhia, Magda Chambriard.

Juntas, as unidades produzem 1,6 milhões de toneladas de ureia por ano, volume que vai contribuir para que a Petrobras consiga suprir até 9% do consumo nacional total de fertilizantes, de acordo com a CEO.

A expectativa é fornecer metade da demanda brasileira de ureia. Hoje, o Brasil importa cerca de 90% dos fertilizantes nitrogenados que consome, uma vulnerabilidade num contexto de conflitos internacionais.

“Nós vamos entregar fertilizantes e substituir importação com lucro. A gente sempre ouvia dizer que fertilizantes só dão prejuízo, mas os nossos dão lucro”, disse a executiva em entrevista coletiva sobre o balanço de um ano de sua gestão à frente da empresa, nesta quarta-feira (18/6).

A estatal assinou em maio um acordo com a Proquigel, subsidiária da Unigel, para encerrar litígios relacionados ao arrendamento das plantas.

As licitações dos serviços para o começo da produção serão lançadas até o final deste mês.

O contrato de arrendamento com a Unigel havia sido firmado em 2019, com duração de dez anos, quando a Petrobras havia decidido deixar o segmento de fertilizantes. A operação foi interrompida pela Unigel, que teve a recuperação extrajudicial homologada este ano.

Em 2024, as empresas chegaram a fechar um contrato de industrialização por encomenda (tolling), no qual a Petrobras forneceria gás natural à Unigel, responsável pela operação das plantas, e, em troca, receberia os fertilizantes produzidos para posterior comercialização.

Entretanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou falhas de governança e inconsistências nos cálculos do contrato, o que levou ao encerramento do acordo antes mesmo do início das operações.

Licitação para UFN3 em curso

Em paralelo, a Petrobras também está conduzindo as licitações para a retomada das obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN3), no Mato Grosso do Sul. A expectativa é de início das operações em 2026.

As propostas para as contratações serão entregues em três etapas, entre julho e agosto.

“A gente teve que dividir as obras em vários pacotes menores para possibilitar que mais empresas entrassem nesse mercado”, disse a diretora executiva de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi.

Este mês, a companhia também voltou a operar parcialmente a fábrica de fertilizantes da Araucária Nitrogenados (Ansa), no Paraná, e concluiu os primeiros testes de produção de Arla 32.

De acordo com o diretor executivo de Processos Industriais e Produtos da Petrobras, William França, em até duas semanas a empresa espera atingir a operação normal da Ansa, cuja capacidade de produção é de 800 mil toneladas de ureia por ano.

Com essas quatro unidades, a companhia acredita que vai conseguir suprir metade da demanda nacional por ureia, que hoje é praticamente toda importada.

“Dos 8 milhões de toneladas de ureia que hoje o Brasil importa, a gente vai produzir entre 3,5 e 4 milhões [ao ano]”, disse França.

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política

Data: 18/06/2025

EQUINOR E EXXONMOBIL ENTRAM PELA PRIMEIRA VEZ EM DISPUTA POR ÓLEO DA UNIÃO

Ao todo, dez empresas, entre elas a Petrobras, estão habilitadas para concorrência da PPSA

Por Lorena Marcelino



FPSO P-75 operando em Búzios: continuidade do desenvolvimento do campo, no pré-sal da Bacia de Santos (Foto Agência Petrobras)

LYON (FR) — A Pré-Sal Petróleo (PPSA) habilitou dez empresas para participar do 5º Leilão de Petróleo da União. O leilão será o maior já realizado pela empresa, com a oferta de 74,5 milhões de barris de petróleo.

Pela primeira vez, Equinor e ExxonMobil manifestaram interesse em comprar as cargas da União. Entre as companhias habilitadas, somente a Prio e a Refinaria de Mataripe (Acelen) não atuam no regime de partilha do pré-sal.

De acordo com o diretor-presidente da PPSA, Luis Fernando Paroli, o resultado destaca o aumento do interesse do mercado pela produção da União e reforça a credibilidade dos leilões promovidos pela estatal.

“A produção da União está em crescimento, e é importante oferecer previsibilidade das cargas para os compradores. Estamos confiantes de que teremos uma boa disputa e um resultado inédito para a União”, afirmou em nota.

O certame será realizado no dia 26 de junho, às 9h, na B3.

Serão quatro lotes do campo de Mero (três deles com quantidades estimadas de 14 milhões de barris e um de 17,5 milhões de barris); um de Búzios (3,5 milhões de barris); um de Itapu (6,5 milhões de barris); e um de Sépia (5 milhões de barris).

A previsão de carregamento é entre setembro de 2025 e fevereiro de 2027.

Veja a seguir a lista das empresas habilitadas para o **leilão de petróleo da PPSA**, individualmente ou em grupo:

- CNOOC
- Equinor
- ExxonMobil
- Galp

- Petrobras
- PetroChina
- Prio
- Refinaria de Mataripe (Acelen)
- Shell
- TotalEnergies

Fonte: EIXOS – Notícias de Energia e Política
Data: 18/06/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

DERRUBADA DE VETO A 'JABUTIS' DE ENERGIA VAI FORÇAR TAMBÉM A CONTRATAÇÃO DE TÉRMICAS EM ÁREAS SEM GÁS; ENTENDA

Imbróglio se arrasta desde a privatização da Eletrobras. E, após várias tentativas, Congresso conseguiu emplacar regra que, na prática, obriga governo a contratar usinas mais caras

Por Manoel Ventura — Brasília



Linhas de transmissão: contratação 'forçada' de termelétricas a gás vai encarecer a conta de luz e levará a cortes no fornecimento via solar e eólica por falta de capacidade de linhas de transmissão —

Ao derrubar vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a “jabutis” na lei que regulamenta a instalação de equipamentos para energia eólica em alto mar (offshore) no país, o Congresso Nacional também facilitou a contratação de usinas termelétricas a gás natural em regiões do país sem acesso a esse insumo. Uma das consequências mapeadas por técnicos do

governo é ampliar os cortes no fornecimento de energia eólica e solar na matriz do país.

Integrantes do governo e especialistas criticam essas obrigações porque elas fogem do planejamento técnico do setor elétrico e fazem com que sejam contratados empreendimentos mais caros do que normalmente seria o custo de usinas, como ocorre normalmente em leilões. E essas obrigações acabam sendo pagas pelo consumidor, via uma tarifa maior na conta de luz.

No caso das termelétricas, o caso se arrasta desde a lei da privatização da Eletrobras, aprovada em 2021. Naquele momento, os parlamentares incluíram na legislação a obrigação de contratação de termelétricas em locais do país sem fornecimento desse combustível.

Porém, ficou estabelecido um preço-teto em linha com valores de mercado, o que fez um leilão organizado pelo governo para contratar essas usinas terminar sem ofertas.

No ano passado, dentro do projeto das eólicas offshore, o Congresso aprovou um “jabuti” subindo o preço-teto e viabilizando os leilões. Isso foi vetado por Lula e a análise desse veto foi adiada ontem.

Porém, os parlamentares derrubaram outro veto e, com base no que foi aprovado, o governo precisará fazer leilões todos os anos até que essas usinas sejam contratadas. Por isso, o entendimento de técnicos do Executivo é que, na prática, o Congresso restabeleceu a obrigação de contratação das usinas.

Isso terá uma série de consequências, além de um custo para o consumidor. Uma delas é um excesso de oferta de energia por fontes, o que é agravado nesse caso porque as termelétricas precisam operar na maior parte do tempo de forma inflexível — ou seja, não poderão ser desligadas.

É uma situação que tende a agravar os cortes de energia renovável (eólica e solar) por conta da energia em excesso e falta de linhas de transmissão para escoar a produção. Um relatório do Operador Nacional do Sistema (ONS), divulgado nesta terça, já aponta que, em 2029, pode ser necessário cortar cerca de 41% da geração eólica e fotovoltaica centralizada por conta do excesso de oferta.

Se mais termelétricas entrarem no sistema, especialmente no Nordeste, mais será necessário desligar eólica e solar.

No total, o governo calcula um impacto de R\$ 32 bilhões por ano com todos os vetos, entre eles aqueles cuja análise foi adiada.

Os vetos derrubados nesta terça-feira também obrigam a contratação de pequenas centrais hidrelétricas, planta de hidrogênio e parques eólicos na Região Sul. Além disso, permite a extensão dos contratos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, o que será pago por todos os brasileiros por meio das contas de luz. O impacto é estimado em R\$ 200 bilhões em 25 anos, nesses quatro casos.

O Ministério de Minas e Energia chegou a desenhar uma medida provisória (MP) para tentar negociar esses vetos, após a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República identificar o risco de derrubada. A ideia era trazer todos os pontos à mesa e permitir que apenas parte deles fosse adiante.

A MP, porém, acabou não sendo publicada. O entendimento agora é que as alternativas são muito poucas, porque um veto é difícil de ser reformado. Nesse caso, foram 48 votos no Senado e 347 na Câmara para derrubar o veto — muito além dos 41 necessários entre os senadores e 257 entre deputados. Técnicos que cuidam do assunto esperam uma reunião de articulação para o tema ser avaliado pela cúpula do governo. Há uma dúvida jurídica se essa MP ainda poderia ser editada, após a derrubada do veto.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/06/2025

JAPONESES CEDEM 'GOLDEN SHARE' A TRUMP E NIPPON STEEL COMPRA US STEEL POR US\$ 14,1 BILHÕES

Aquisição encerra saga de 18 meses, transfere para estrangeiros o controle de empresa emblemática dos EUA e cria a segunda maior siderúrgica do mundo. Governo americano terá poder de veto em temas sensíveis

Por Agências Internacionais — Pittsburgh



Peso político: US Steel é um símbolo da industrialização americana e, por estar sediada no estado-pêndulo da Pensilvânia, sua venda foi tema de debates acalorados nas eleições, quando Trump foi contra — Foto: Bloomberg

A japonesa Nippon Steel concretizou a compra da US Steel por US\$ 14,1 bilhões, encerrando uma saga de 18 meses que se tornou altamente politizada antes que o negócio finalmente obtivesse o apoio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A compra vai criar a segunda maior siderúrgica do mundo. E transferirá para os japoneses o controle de uma empresa emblemática dos EUA. Ao efetivar a operação, a Nippon Steel também conquista uma presença importante no mercado americano, o que ajuda a evitar as tarifas de 50% sobre o aço impostas na guerra comercial de Trump.

O acordo prevê ainda que a Nippon Steel vai investir US\$ 11 bilhões na US Steel até 2028, soma significativamente maior do que o previsto antes. As negociações se arrastaram por 18 meses, desde o primeiro anúncio do negócio, em dezembro de 2023, com o tema sendo amplamente politizado na campanha eleitoral de 2024.

Durante esse período, houve incontáveis horas de negociações com um painel de segurança nacional dos EUA, uma batalha sindical contra a oferta, uma cara campanha de lobby junto ao governo dos EUA e meses de reuniões com a comunidade que vive em torno da siderúrgica americana.

Na campanha eleitoral, Trump era contra

Ao final, a Nippon Steel prometeu concessões suficientes a Trump para tornar quase impossível que seu governo não aprovasse o negócio. A mais surpreendente foi a promessa de dar ao governo americano poder direto de decisão em diversos assuntos por tempo indeterminado na nova empresa.

Isso será possível por meio da golden share (ação dourada em inglês). Essa ação dá poderes de decisão aos acionistas que a detêm. É um mecanismo usado em outras companhias e países. No Brasil, por exemplo, o governo federal tem golden share na Vale, uma empresa que era estatal e foi privatizada.

Mas, nos EUA, é uma prática incomum e é vista com ressalva por especialistas que veem na iniciativa um risco de desconfiança de investidores internacionais pelo fato de o governo ter poder de veto em uma empresa privada.

Nesta quarta-feira, a Nippon Steel e a US Steel anunciaram em comunicado que firmaram um Acordo de Segurança Nacional com o governo dos Estados Unidos, pelo qual será emitida a golden share.



O presidente Donald Trump chega às instalações da US Steel Corporation em West Mifflin, Pensilvânia — Foto: Rebecca Droke/Bloomberg

Essa ação especial dará ao presidente dos EUA direito de veto sobre questões como redução de investimentos de capital, alteração do nome ou sede da US Steel, transferência de empregos ou produção para fora do país, aquisições e decisões de fechar ou paralisar instalações existentes.

O recente endosso de Trump ao negócio foi uma reviravolta nos EUA. Durante toda a campanha eleitoral do ano passado, ele afirmou repetidamente que era contra o controle estrangeiro da US Steel — posição compartilhada pelo então presidente Joe Biden, que vetou o negócio no início de janeiro deste ano.

O fato de a sede da US Steel ser na Pensilvânia (estado pêndulo nas eleições americanas) e seu papel histórico na industrialização dos EUA fez com que o tema se tornasse altamente politizado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/06/2025

PETROBRAS DIZ QUE AINDA É CEDO PARA AVALIAR OS EFEITOS DO CONFLITO ENTRE ISRAEL E IRÃ SOBRE O PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

A presidente da estatal, Magda Chambriard, reafirmou pontos da política de preços da companhia, como tentar evitar repassar as instabilidades e volatilidade das cotações internacionais

Por Vinicius Neder — Rio



Presidente da Petrobras, Magda Chambriard, em evento no Rio — Foto: Divulgação

A escalada do conflito entre Israel e Irã, e seu efeito sobre o aumento das cotações do barril de petróleo, ainda é muito recente para se pensar em alteração nos preços dos combustíveis vendidos pela Petrobras, afirmou nesta quarta-feira a presidente da petroleira estatal, Magda

Chambriard.

A executiva reafirmou pontos sempre frisados na política de preços da companhia, como o intuito de evitar repassar, para os preços internos de combustíveis vendidos nas refinarias, instabilidades e volatilidades das cotações internacionais.

— O cenário tem cinco dias, é bem recente — disse Magda em encontro com jornalistas para marcar um ano de gestão à frente da petroleira. — O que temos para dizer é que não fazemos nenhum movimento abrupto. Todos os movimentos, de aumento ou redução, são sempre delicados.

Antes de responder a perguntas, Magda havia comentado que os níveis atuais da cotação do barril de petróleo estão cerca de US\$ 20 abaixo do que estavam no primeiro trimestre de 2024.

Magda reafirmou também o otimismo na avaliação sobre o resultado do leilão 5º ciclo de oferta permanente de concessões de blocos de exploração, realizado na terça-feira, no Rio. Segundo a executiva, a Petrobras arrematou todos os blocos que considerava mais importantes.

— Temos preocupação com a reposição do portfólio (de blocos) explorativo. Houve pouca oferta de novas áreas nos últimos dez anos. As ofertas foram de áreas já descobertas ou em produção — afirmou Magda.

Magda minimizou ainda a derrota para a americana Chevron numa das disputas por um bloco na Bacia da Foz do Amazonas. Segundo a presidente da Petrobras, a área não estava no topo das prioridades. E talvez a concorrente tenha dado lance tão elevado por receio de perder, disse.

Magda e a diretora de Exploração, Sylvia dos Anjos, confirmaram também o caráter estratégico de entrar na Bacia da Foz do Amazonas em sociedade com a americana ExxonMobil, responsável pelas maiores descobertas na vizinha Guiana.

Sobre o processo, junto ao Ibama, de licenciamento ambiental das perfurações iniciais para a pesquisa exploratória de um bloco que a estatal já detém na Bacia da Foz do Amazonas, Magda lembrou que a sonda que fará os trabalhos já está a caminho do local, na Margem Equatorial. A expectativa é que chegue por lá no fim deste mês.

A Petrobras espera que o simulado da operação de reação a eventual acidente ambiental, parte do processo de licenciamento, seja feito em julho, disse Magda.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/06/2025

GOVERNO PREVÊ ENTREGAR EM JULHO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DE MERCADO DE CARBONO NO PAÍS

Diretrizes vão trazer passo a passo para comercialização e compensação de emissão de gases poluidores através de créditos

Por Fernanda Alves



Seminário 'Transição Energética e Mercado de Carbono' — Foto: Marcelo Theobald/ Agência O Globo

O governo federal vai apresentar até o fim de julho o Plano de implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), que estabelece as diretrizes do mercado de carbono no país. O anúncio foi feito pela subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda, Cristina Reis, durante o seminário “COP30

Transição Energética e Mercado de Carbono”, uma iniciativa dos jornais Valor Econômico, O GLOBO e da rádio CBN.

— Os desafios são grandes, a Fazenda tem feito discussões e elaborou um Plano de implementação muito robusto, que está prestes a ser publicado. Ele vai trazer o passo a passo dessa implementação, que vai ajudar a constituir as expectativas que move o desenvolvimento do mercado de carbono. Até julho vai ser apresentado, junto com o anúncio do órgão gestor provisório — adiantou Cristina Reis.

A fala aconteceu no segundo painel do evento, com o tema “ Mecanismo internacional de carbono e o mercado brasileiro, como esses dois podem se conectar?”, que contou com a participação ainda da diretora de Relações Institucionais da Re.green, Mariana Barbosa, e o diretor técnico e sócio fundador da Eqao, Ricardo Esparta. A mesa teve a mediação da repórter especial de OGLOBO, Ana Lúcia Azevedo.

O texto detalha o processo de implementação do sistema que irá viabilizar a venda de créditos de empresas que emitem menos carbono a companhias com índices mais altos de poluição. Essa é o m ramo de atuação da empresa Re.green, que atua na restauração de florestas tropicais, e que já tem contatos firmados com empresas que buscam compensar os danos ambientais causados por suas atividades.

— A restauração florestal sempre existiu, mas associada a um instrumento de recuperar passivos. O mercado de carbono traz a possibilidade plantar floresta e ganhar dinheiro plantando floresta — destacou Mariana Barbosa.

Já Ricardo Esparta, especialista no desenvolvimento de projetos para o mercado de crédito de carbono, citou outras possibilidade de investimento no setor, além da restauração florestal:

— Energia renovável. Quem tem o mesmo potencial que o Brasil ? E sem subsídio, conseguimos ser competitivos e ter produtores que carregam emissões menores. Temos também a bioeconomia, que é gigantesca no país. Podemos substituir petróleo com álcool. E não só combustível, dá para fazer indústria química com o álcool. Os potenciais são muito grandes, estamos em posição privilegiada no país, depende da nossa competência — ressaltou.

O projeto “COP30 Amazônia” é uma iniciativa dos jornais Valor Econômico, O GLOBO e da rádio CBN, com patrocínio Master de Eletrobras, patrocínio de JBS e Vale, apoio do Governo do Estado do Pará, do Governo do Estado do Acre e BNDES, e parceria institucional do Centro Brasileiro de Relações Internacionais e do Instituto Clima e Sociedade.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/06/2025

PL DAS EÓLICAS: 'DERRUBADA DE OUTROS VETOS PODERÁ REPRESENTAR UM PONTO DE INFLEXÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DO SETOR', DIZ ITAÚ

Por Luciana Casemiro



Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão do Congresso — Foto: Andressa Anholete/Agência Senado

A derrubada pelo Congresso de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na lei que regula as eólicas no mar, leva a redução da adequação da sinalização do preço da energia e não está alinhado com os requisitos do balanço energético do país e aponta a governança do setor para uma direção negativa, essa foi a visão passada pelo Itaú em comunicado em inglês enviado a clientes, entre eles investidores, do mundo inteiro na manhã desta sexta-feira. O banco ressalta ainda que "a derrubada de outros vetos poderá representar um ponto de inflexão significativo para a sustentabilidade do setor". No texto aos clientes, o Itaú lista ponto a ponto os "jabutis" integrados ao projeto de lei.

Procurado pelo blog sobre como essas mudanças afetam a atratividade do setor para investimentos, o banco informou ainda está fazendo a análise de impacto, pois trata-se de um ruído recente e nebuloso.

Para o consumidor o efeito é líquido e certo, aumento na conta de luz. Como mostra a análise publicada mais cedo aqui no blog, o Congresso cria demandas artificiais, de fontes de energias muitas vezes ainda a serem construídas e com impacto ambiental e custo alto. Até aqui, o valor a ser acrescido à fatura do consumidor é de R\$ 197 bilhões até 2050.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/06/2025

CONGRESSO CRIA DEMANDA ARTIFICIAL DE ENERGIA MAIS CARA E MANDA A CONTA PARA O CONSUMIDOR

Por Míriam Leitão



Turbinas de energia eólica no mar — Foto: Imagem usando ativos da Freepik.com

Ao derrubar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos "jabutis" na lei que regulamenta a instalação de eólicas no mar, o Congresso criou demandas artificiais, para fontes, muitas vezes, ainda não construídas, algumas delas mais poluentes e todas mais caras. E quem vai pagar por tudo isso é o consumidor, serão R\$ 197 bilhões até 2050 acrescidos à conta de luz. Esse valor pode aumentar, pois há outros vetos sob análise do Congresso, que estão

sendo inclusive negociados com o governo.

Entre as decisões dos parlamentares está a prorrogação do Proinfa, o que representa a contratação de energia cara. Criado há três décadas, o programa de incentivo a energias alternativas - como solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) - foi pioneiro, começou bem, mas foi firmado quando essas tecnologias engatinhavam e tinham um custo ainda muito alto, R\$ 540 o megawatt. O



contrato estava terminando e o Congresso o prorrogou, quando o indicado seria fazer um novo leilão que resultaria em um valor do megawatt de metade do que é pago atualmente, estima um especialista. Aberta a nova concorrência, mesmo que o fornecimento continuasse a ser feito pelas plantas atuais, com o investimento já pago, elas poderiam ofertar um preço menor pela energia. Ao prorrogar o Proinfa se mantém o preço inicial em patamar elevado.

Outro ponto que merece atenção é a obrigatoriedade de contratação de energia eólica do Rio Grande Sul. Essas eólicas não são aquelas antigas, me diz um especialista, mas outras sequer foram construídas, mas já se criou a exigência.

O Congresso manteve ainda a contratação das pequenas centrais hidrelétricas (PCH), que é a medida mais cara de todas, representará um custo extra de R\$ 140 bilhões até 2045. A construção de pequenas centrais hidrelétricas parecia uma ótima ideia a princípio, mas o que se viu ao longo do tempo é que há um grande impacto ambiental e em comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, o que exige indenizações.

As PCHs perderam a competitividade, o custo por quilowatt é muito mais caro do que das energias eólica e solar. E qual seria, então, a razão para o Congresso manter esse programa? Lobby é a única resposta. Há empresários que compraram carteira de PCHs ainda não construídas e têm interesse na perpetuação do programa. Para atendê-los, o Congresso criou uma reserva de mercado com a obrigatoriedade de se contratar energias de PCHs apesar do preço e do impacto de novas construções.

Uma fonte especializada no setor de energia me contou que, ao procurar um senador para explicar tecnicamente a incoerência desses projetos e o custo que teriam, o parlamentar o interrompeu com a seguinte alegação: "Não me explique, eu não quero entender. Não me constranja, porque eu já decidi votar a favor".

E os "jabutis" ainda não acabaram. O Congresso ainda vai discutir a obrigatoriedade de contratação de energia de carvão e de termelétrica a gás, o que atende especificamente a dois lobbies conhecidos na energia, o da JBS e o de Carlos Suarez, ex-OAS. Além de caras, estamos falando energias sujas, o que mostra a incoerência da medida num país que ambiciona liderar a pauta ambiental global. Apesar disso, há uma negociação com o governo para que a contratação dessas energias esteja contemplada num projeto que está sendo preparado pelo Ministério das Minas e Energia.

Os parlamentares tomaram várias decisões absolutamente erradas, criando demanda artificial sobre fontes de energia que ou não existem, ou são caras demais, ou são caras e sujas, e quem vai pagar é o consumidor na conta de luz. E para piorar essa fatura pode subir ainda mais.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 18/06/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CONGRESSO DERRUBA VETO E LIVRA FUNDOS IMOBILIÁRIOS E DO AGRONEGÓCIO DE TAXAÇÃO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

Com a decisão, FIIs e Fiagros ficarão livres da cobrança dos novos IBS e CBS, a serem implementados com a reforma

Por Naomi Matsui (Broadcast), Pepita Ortega (Broadcast) e Victor Ohana (Broadcast)

BRASÍLIA – O Congresso derrubou nesta terça-feira, 17, o veto sobre tributação dos fundos de investimento imobiliários (FIIs) e do agronegócio (Fiagros) com os novos impostos sobre o consumo estabelecidos pela reforma tributária

Com a decisão, esses fundos ficarão livres da incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) – novo imposto de Estados e municípios – e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) – novo imposto federal.

A derrubada ocorreu em sessão conjunta entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal e foi capitaneada por parlamentares ligados ao agronegócio. Eles defendem que a tributação comprometeria o funcionamento dos fundos, podendo restringir o acesso do agronegócio ao crédito e encarecer o custo do financiamento para os produtores rurais.



A derrubada ocorreu em sessão conjunta do Congresso e foi capitaneada por parlamentares ligados ao agronegócio Foto: Andressa Anholet/Agência Senado

O veto faz parte do 1º projeto de regulamentação da reforma tributária, o PLP 68/2024. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o trecho que isentava os FIIs, os Fiagros e os fundos patrimoniais dos novos tributos que entrarão em vigor com a reforma.

O governo havia argumentado que a exclusão dos fundos na tributação era inconstitucional. O objetivo, segundo a equipe jurídica do governo, era garantir a tributação dos fundos que fazem operações imobiliárias, como locação e compra e venda de imóveis – caso dos fundos imobiliários de “tijolo” e dos Fiagros./Colaborou Isadora Duarte

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/06/2025

OS 300 MIL CPFs QUE COMPRARAM AÇÕES COM FGTS ME TIRAM O SONO, DIZ PRESIDENTE DA ELETROBRAS

Ivan Monteiro também fala sobre o processo de venda da Eletronuclear num momento em que o mundo se abre novamente para esse tipo de projeto

Por Luciana Collet (Broadcast)



Entrevista com Ivan Monteiro - Presidente da Eletrobras

O presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro, tem dito, em diversas oportunidades, que o tema que lhe “tira o sono” são os 300 mil CPFs que compraram ações da Eletrobras com recursos do FGTS no processo de privatização da empresa, há três anos. Desde então, a ação oscilou, mas opera hoje abaixo dos R\$ 42 em que foi precificada, a despeito das iniciativas implementadas pela atual gestão para tornar

a empresa mais eficiente.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o executivo destaca, porém, que a empresa pagou dividendos de cerca de R\$ 4 bilhões em 2024. E classifica como “tricky” (complicado) vincular o desempenho dos papéis às mudanças implementadas na empresa de imediato. Isso porque, avalia, o mercado de ações tem visão de curto prazo, enquanto a empresa tem planos voltados ao longo prazo.

No foco para o futuro estão o avanço do plano de investimentos, o fortalecimento da comercialização e a continuidade da redução de custos e da gestão de participações. Nesta última frente, destaque para a busca por um interessado na fatia na Eletronuclear, ativo que Monteiro considera interessante a muitos potenciais investidores, diante da guinada global de retorno à energia nuclear.



“Temos tido diálogos com vários grupos; é um processo concorrencial; com o nosso assessor, temos apresentado essa oportunidade, e o interesse é bem positivo até o momento”, disse, sugerindo que o processo poderia levar um ano, talvez menos.

Ivan Monteiro afirma que melhorias são para dar resultado a longo prazo, e mercado de ações responde a coisas de curto prazo Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Confira os principais trechos da entrevista:

Após três anos de privatização, como o sr. classifica a operação?

Foi muito positiva para o País e para a empresa, porque a Eletrobras recupera capacidade de investimento. Nessa recuperação, que praticamente triplicou o valor do investimento, o foco é modernização, resiliência e disponibilidade dos equipamentos. Os índices de disponibilidade, tanto de transmissão, quanto de geração, estão entre os melhores da história da empresa. A privatização também permitiu que, respeitados os contratos que estavam em vigor, como o acordo coletivo de trabalho, começássemos o processo de racionalização de custos. Os custos estavam inadequados e era necessário fazer o ajuste. Fizemos isso, estamos fazendo.

E por que as ações não refletem as mudanças?

Vincular isso com a performance da ação é tricky (complicado), porque esta é uma empresa de ativos construídos para permanecerem produzindo por 40, 50 anos, e o mercado de ações responde a coisas de muito curto prazo. Há vários aspectos que influenciam a visão de mais curto prazo. Evidentemente, o que se busca, tanto funding vindo de ações de equity, quanto de bancos comerciais, ou de investimento, ou de qualquer outra alternativa, é que sejam compatíveis com uma visão de médio e longo prazo. Não quer dizer que não tenhamos preocupação com esse investidor, de grande porte ou pessoa física, que investiu aqui. Eu sempre falo que o que me tira o sono são aqueles 300 mil CPFs que tiraram recurso do FGTS e compraram ações da Eletrobras, mas o que nos dá orgulho é o fato de termos pago ano passado o maior dividendo da história desta empresa: R\$ 4 bilhões.

O que se pode esperar da companhia daqui para frente?

É um processo que terá continuidade nos próximos anos. A visão que o Conselho de Administração implementou é de longo prazo. Os investimentos que fazemos vão perpetuar por mais 30, 40 anos, e são focados, num primeiro momento, nos nossos próprios ativos – que conhecemos, sabemos como funcionam, e estamos fazendo um grande processo de modernização. Um dos melhores exemplos é (a hidrelétrica) Tucuruí, um investimento superior a R\$ 1 bilhão. E herdamos obras inacabadas, que vamos finalizar. A mais emblemática fica pronta na segunda quinzena de setembro: o Linhão Manaus-Boa Vista, uma obra anunciada há 11 anos. E tem o retorno da Eletrobras aos leilões de transmissão, com um compromisso de investimento de R\$ 6,7 bilhões, todos em curso.

O Acordo com a União encerrou um capítulo importante dessa pós-privatização. O que muda com a entrada dos indicados pelo governo no Conselho de Administração?

Os membros indicados pela União vão dar uma contribuição extraordinária para o Conselho, porque são experientes no setor, num momento em que governo edita uma MP (Medida Provisória, 1.300/2025) que altera profundamente as regras. São 600 emendas apresentadas no Congresso. Acho que eles vêm somar, a expectativa é positiva.

O termo de conciliação também traz a permissão para a companhia vender sua fatia na Eletronuclear. Há conversas mais objetivas em andamento?

Contratamos no ano passado o Banco BTG Pactual e estamos trabalhando há mais de um ano na busca de interessados. Somos vendedores das usinas que geram energia elétrica a partir do urânio porque queremos nossa matriz eólica, solar e majoritariamente hidrelétrica. Essa foi uma orientação



do Conselho desde o início e estamos cumprindo. Temos tido diálogos com vários grupos. É um processo concorrencial. Com o nosso assessor, temos apresentado essa oportunidade, e o interesse é bem positivo até o momento.

Quanto tempo deve levar esse processo?

Depende da hora que recebermos as ofertas. Não dá para precisar ainda, mas diria talvez um ano, talvez menos, vai depender muito também do grau de interesse, do retorno. Mas vários países estão mudando suas políticas em relação à energia nuclear. Isso mostra que no mundo tem interesse renovado. Praticamente toda semana vemos uma grande empresa anunciando compra de energia de uma usina nuclear, por conta do crescimento de Inteligência Artificial, do crescimento da demanda de energia pelos data centers. É uma fonte que as pessoas consideram segura. E se você olhar o histórico de funcionamento de Angra 1 e Angra 2, é excelente, muito perto do centro de carga.

O cenário setorial se mostra desafiador para a Eletrobras, que tem muita energia para vender para os próximos anos num momento em que os preços futuros ainda estão baixos. Como a empresa está enfrentando essa questão?

Essa era uma empresa que não conhecia clientes. Os clientes eram as distribuidoras ou regime de cotas. Agora queremos o cliente original. Essa guinada envolve uma mudança de mentalidade. Construímos uma equipe de comercialização, mas isso é um pedaço. Tem também processos, avaliações de risco, construção de uma metodologia sobre preço de energia. É um processo que começamos desde que a companhia foi privatizada e agora estamos acelerando, em especial pelo estímulo que a nova regulação está dando (com a abertura do mercado a pequenas empresas e residências, como previsto na MP).

Como a Eletrobras planeja atuar junto aos clientes?

Empresas de maior porte se sentem confortáveis em conversar com a Eletrobras, porque ela é dona dos próprios ativos e auxilia não só na venda do elétron, mas na venda de soluções de energia, que é o nosso conceito. Para o consumidor menor, o caminho é por meio de acordos de cooperação. Fizemos acordo com a TIM, com o Banco do Brasil e outras empresas.

O que o sr. diria sobre a gestão do capital para o futuro?

Fazemos uma gestão extremamente conservadora em relação a tudo, porque somos uma empresa com crescimento do volume de investimentos muito expressivo. É uma gestão muito preocupada com todos os eventos geopolíticos que vivemos, com as incertezas no mundo e com o atual momento da economia brasileira. Na alocação de capital que fazemos – e temos dedicado prioritariamente ao crescimento do investimento, mas também ao pagamento de dividendo – procuramos equilibrar isso, olhando sempre a liquidez e a alavancagem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/06/2025

ACORDO COM A VALE: TCU DÁ AO MMA E AO IBAMA 30 DIAS PARA DETALHAREM EXECUÇÃO DOS RECURSOS

Corte quer mais informações sobre acordo de 2020 que substituiu cinco multas do Ibama pela tragédia em Brumadinho; valor total das multas e do acordo é de R\$ 250 milhões

Por Renan Monteiro (Broadcast) e Luiz Araújo (Broadcast)

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou nesta quarta-feira, 18, o prazo de 30 dias para que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) encaminhem uma manifestação com o detalhamento da execução dos recursos obtidos com a celebração dos Acordos Substitutivos de Multa Ambiental com a Vale e com a Log-In Logística Intermodal.

No caso da Vale, a Corte quer mais informações sobre acordo de 2020 efetuado com a empresa, substituindo cinco multas aplicadas pelo Ibama relativas ao rompimento da barragem da Mina

Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). O valor total que estava previsto em multas era de R\$ 250 milhões.



O acordo entre Vale e o Ibama, sobre o desastre de Brumadinho, previu que os recursos deveriam ser aplicados em parques nacionais situados em Minas, bem como em projetos escolhidos pelo Ibama em municípios mineiros
Foto: Wilton Junior/Estadão

O acordo firmado, nesse mesmo valor, previu que os recursos deveriam ser aplicados em determinados parques nacionais situados em Minas Gerais, bem como projetos escolhidos pela Secretaria de Qualidade Ambiental do Ibama em

municípios de Minas Gerais.

A Corte de Contas votou hoje processo envolvendo a celebração dos chamados “acordos substitutivos de multas ambientais”, atualmente utilizados pelo Ibama.

“No caso do ASM (Acordo Substitutivo de Multa Ambiental) celebrado com a Vale, se aplicadas as disposições do Decreto 6.514/1998, como a autarquia (Ibama) reputa estar fazendo, o ajuste não poderia ter sido celebrado, uma vez que houve vítimas humanas fatais, situação expressamente impeditiva da celebração do acordo de conversão”, declarou o ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa, relator da matéria.

Já com a firma Log-In Logística Intermodal, o acordo de 2021 envolveu 30 multas aplicadas pelo Ibama em decorrência da queda de 29 contêineres em Santos (SP), no valor total de R\$ 49,41 milhões.

A Corte de Contas quer detalhamento, por exemplo, sobre os projetos beneficiados e resultados alcançados, além de informações sobre o acompanhamento dos projetos e a prestação de contas efetuada pelas entidades executoras.

Conforme a decisão desta quarta-feira, em soluções consensuais envolvendo irregularidades ambientais, o MMA e Ibama devem privilegiar o procedimento de conversão de multas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Os acordos substitutivos de multa ou de conversão indireta de multa não podem ocorrer em desconformidade com as regras orçamentárias e financeiras da União, reforçou o TCU.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 18/06/2025

DURIGAN DIZ QUE GOVERNO DEVE APRESENTAR PROJETO DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS NA PRÓXIMA SEMANA

Proposta está sendo trabalhada com o Congresso; segundo secretário-executivo da Fazenda, medidas do governo não implicam em elevação de carga tributária, mas em correção de distorções

Por Cícero Cotrim (Broadcast) e Fernanda Trisotto (Broadcast)

BRASÍLIA - O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse que a pasta está trabalhando com o Congresso para apresentar uma proposta de revisão de benefícios fiscais na próxima semana. Ele também argumentou que as medidas que estão sendo propostas pelo governo não propõem elevação de carga tributária, mas correção de distorções, e que as ações não significam bitributação: as novas medidas em mesa não implicam em aumento da nova faixa de tributação mínima, de 10% do Imposto de Renda, já proposta pelo governo.

“Estamos trabalhando, em coordenação com as lideranças do Congresso, para apresentar na próxima semana um projeto de lei que trate de revisão de benefício fiscal”, disse em entrevista para a CNN na manhã desta quarta-feira, 18.

Durigan também falou sobre a fixação de uma alíquota de 5% de imposto para investimentos atualmente isentos, como as letras de crédito, como uma medida para diminuir assimetrias, e que vem na toada da discussão de revisão de benefícios fiscais e reforma do IR já proposta pelo governo no ano passado.



Durigan defendeu que contenção do Orçamento não é apenas medida 'que está na mesa', mas uma realidade Foto: Marcelo Chello/Estadão

“A equipe da Fazenda se orgulha muito do projeto que foi apresentado com a isenção de R\$ 5 mil reais. A gente conseguiu, depois de muito estudo, muito trabalho, apresentar uma proposta de compensação para isentar quem ganha até R\$ 5 mil e diminuir o Imposto de Renda de quem ganha de R\$ 5 a R\$ 7 mil, que passa por uma tributação mínima. Não se trata de um novo tributo. Isso é importante esclarecer. As

pessoas que ganham mais de R\$ 600 mil reais por ano e principalmente quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão e passam a ter que contribuir pelo menos 10%. Essa é a lógica”, disse.

O secretário reiterou que quem já contribui mais de 10% de alíquota efetiva não sofrerá nenhum impacto. “Não há nenhum adicional de imposto de renda a ser pago”, disse. Para ele, essa não é uma nova tributação, mas sim um piso, “um patamar que precisa ser respeitado por todos do país, no princípio de justiça ampla”, disse.

Motta e Alcolumbre

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda disse confiar na condução dos trabalhos no Legislativo pelos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), com a agenda de revisão de benefícios fiscais, já que a proposta foi trazida pelo Legislativo

“As próprias lideranças do Congresso têm falado sobre a necessidade de se fazer a revisão de benefício fiscal. O próprio governo reconhece isso e a gente já fez isso, quando a gente reviu a subvenção do ICMS, a isenção dos fundos fechados, fundos em paraíso fiscal, quando a gente passou a efetivamente cobrar tributo das empresas de bets. Tudo isso tem sido feito. A gente vê com ótimos olhos avançar mais, em rever de maneira mais forte, mais ampla, os benefícios fiscais”, disse.

Para ele, é importante que o corte de benefícios fiscais seja linear e esse é o caminho mais adequado. Porém, ele contemporizou que é o debate político vai trazer o tom do que é possível no Congresso.

“O que a Fazenda tem proposto é, quanto mais amplo, quanto mais linear, quanto menos escolhas idiossincráticas. Do nosso ponto de vista, nada poderia ser deixado de fora. A gente poderia incluir tudo. O debate político vai trazer o tom aqui do que é possível aprovar, em termos de quórum de PEC, em termos de quórum de lei complementar. E por isso essa mediação, que é democrática, que é devida, deve ser feita junto com o Congresso Nacional”, disse, reiterando que o objetivo é de atingir um patamar o mais amplo possível.

Corte de gastos

Durigan disse que é legítima a cobrança de revisão de alguns gastos do governo. Ele ponderou que o conjunto de medidas já propostos, como revisão no AtestMed e benefícios por incapacidade, podem gerar economia de R\$ 10 bilhões no próximo ano. Ele também destacou a inclusão do Pé-de-Meia no piso da Educação.



“A gente está aproveitando, não gerando mais espaço para despesa, mas cobrindo a necessidade de colocar o Pé-de-Meia de maneira completa no orçamento com o aumento do piso de Educação. Isso tudo já dá uma resposta de R\$ 4 bilhões para o ano de 2025 e de R\$ 10 bilhões de corte de despesa para o ano de 2026”, disse.

Ele disse que o AtestMed, sistema INSS que permite solicitar o benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), pode estar gerando um pedido abusivo por parte de beneficiários e por isso foram propostos ajustes. “A gente procura equilibrar e diminuir o crescimento que nós vamos ter com o benefício incapacitante”, disse.

Para o seguro defeso também foram propostos ajustes no cadastramento junto às prefeituras. Ele ainda citou os ajustes no Comprev, uma compensação previdenciária entre os regimes gerais e dos servidores, que consta nas atuais medidas propostas pelo governo.

Contingenciamento

O secretário-executivo defendeu que a contenção do Orçamento não é apenas uma medida que está na mesa do governo, mas uma realidade, lembrando dos bloqueios e contingenciamentos já feitos pelo governo, que somam R\$ 31,3 bilhões e foram anunciadas em maio.

A avaliação do número 2 da Fazenda é de que a necessidade de aperto no Orçamento diminuiu com o decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a medida provisória com ações alternativas.

“A gente segue neste ano tendo um bloqueio de R\$ 30 bilhões de despesa e estamos propondo ao Congresso, estamos fazendo esse aumento de imediato, de R\$ 20 bilhões do lado da receita”, disse. Ele ressaltou que o governo ainda “sente muito” o impacto da desoneração da folha e do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

E disse que esses foram benefícios fiscais dados sem a contrapartida da compensação e que afetam a receita. “A nossa linha de base é a seguinte, nós não estamos querendo aumentar a arrecadação, porque o que a gente quer é zerar o déficit, como foi feito em 2024”, disse.

Ele reiterou que há um grande consenso com o Congresso de que é preciso rever parte dos benefícios fiscais — na esteira das discussões para que a Fazenda envie um projeto para revisar esses gastos. Para ele, equilibrando as contas públicas, revisando benefícios tributários e revendo regras de programas como AtestMed, Seguro-Defesa e Pé-de-Meia, haverá uma mudança no ambiente político-econômico benéfica para o País.

“Com tudo isso, a gente vai viabilizar um país com juros mais baixos e inflação sob controle. Se a gente não perder isso de vista, todo esse esforço vai ser positivo para o País, para os setores produtivos e para os trabalhadores do País”, disse.

Regra fiscal

Durigan negou que tenha havido qualquer exceção ao arcabouço fiscal. Na entrevista, ele afirmou que há amparo no ordenamento jurídico para todas as despesas que ficaram fora da regra.

Ele lembrou que o pagamento de precatórios ficou fora da regra por causa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição foi anterior ao arcabouço. O socorro ao Rio Grande do Sul foi determinado por um decreto do Congresso, argumentou.

“Para tudo tem aqui uma explicação dentro do ordenamento jurídico, ou teve autorização do Congresso, ou tem decisão do Supremo, e o governo está cumprindo nesse sentido”, disse Durigan. “Alguns dos pontos não ficaram fora da regra fiscal por vontade do governo, muito pelo contrário: o governo é refém das decisões do Supremo, das disposições legais.”



Sobre o ressarcimento às vítimas de descontos ilegais do INSS, Durigan disse que há um crescimento das demandas judiciais para que os pagamentos sejam feitos pelo governo. Como essas condenações dariam origem a Requisições de Pequeno Valor (RPVs), a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao STF que seja seguido o mesmo entendimento sobre os precatórios, afirmou.

Derrubada do veto

O secretário-executivo disse ainda ver com “muita preocupação” a derrubada de um veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma lei que aumentava o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). O trecho foi rejeitado pelo Congresso na noite de terça-feira, 17, em uma derrota ao governo.

“O BPC tem um crescimento muito grande do ponto de vista do espaço que a gente usa no orçamento para pagá-lo”, disse. “Ao ter o incremento do BPC como despesa obrigatória, não há opção de pagá-lo ou não; é preciso pagá-lo, e há uma compressão em uma série de outras despesas discricionárias.”

Durigan, que atua como ministro durante as férias do titular da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que boa parte dos congelamentos de despesa realizados pela equipe econômica em 2024 e este ano reflete o aumento de gastos obrigatórios com o BPC, o Proagro e o INSS.

Ele garantiu, no entanto, que o governo pode estar próximo de uma solução para padronizar as concessões do benefício na Justiça. Hoje, 25% a 30% do total de concessões ocorre via judicial, relatou o secretário.

“O ministro Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União, tem conversado com o Supremo Tribunal Federal, com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com a coordenação do ministro (do STF, Luís) Barroso, e está muito próximo de ter ali um entendimento de uma padronização mínima dos requisitos, dos critérios a serem observados pela justiça nas concessões desse benefício judicial”, ele disse.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/06/2025

O QUE MUDOU NA ELETROBRAS TRÊS ANOS APÓS A PRIVATIZAÇÃO; ENTENDA

De lá para cá, empresa cortou despesas, reduziu o quadro de funcionários e elevou os investimentos; preço das ações, no entanto, não reflete melhorias

Por Luciana Collet (Broadcast) e Ludmylla Rocha (Broadcast)

Três anos após a privatização, a Eletrobras começa a colher os resultados de mudanças feitas no período. A empresa reduziu em 18% os custos operacionais, em 27% o número de funcionários e em mais de R\$ 13 bilhões os passivos de empréstimos compulsórios. Por outro lado, aumentou o ritmo de investimentos de R\$ 4,6 bi em 2021 para R\$ 7,7 bilhões em 2024. Além disso, fechou um acordo que encerrou uma disputa com o atual governo.

A privatização da empresa ocorreu em junho de 2022, no governo Bolsonaro, após décadas de tentativas de venda da estatal. A venda das ações representou uma redução da participação do governo de 65% para cerca de 40% e movimentou mais de R\$ 30 bilhões.

De lá para cá, houve uma série de melhorias nos números da companhia. Mas os avanços ainda não foram suficientes para destravar o valor de seus papéis nos níveis estimados à época. Na terça-feira, 17, a ação ordinária fechou cotada em 41,44, abaixo dos R\$ 42 precificados na oferta que transformou a elétrica em uma corporation (empresa com controle disperso). Na época, as casas de análise calculavam preço-alvo entre R\$ 60 e R\$ 70 por ação, o que não se materializou.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, O presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro, afirmou que sua maior preocupação são os 300 mil investidores que usaram o FGTS para comprar ações na privatização da empresa, hoje desvalorizadas. O executivo destaca, porém, que a empresa pagou

dividendos de cerca de R\$ 4 bilhões em 2024. E diz que é complicado vincular o desempenho dos papéis às mudanças implementadas na empresa de imediato. Isso porque o mercado de ações tem visão de curto prazo, enquanto a empresa tem planos voltados ao longo prazo, diz ele.

Para o mercado, entre as explicações para a inércia dos papéis estão fatores como a atual conjuntura do setor elétrico – há uma sobreoferta de energia, que afeta o preço do megawatt-hora (MWh) num período em que a companhia tem crescentes volumes de energia descontratada – e o cenário macroeconômico adverso. Adicionalmente, analistas também citam desafios enfrentados desde que o governo entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) questionando sua limitação do poder de voto.



Eletrobras foi privatizada em 2021, mas governo ainda detém 40% de participação na empresa Foto: Marcelo Min

Para Vitor Sousa, da Genial Investimentos, a ação ajuizada pelo governo Lula no Supremo Tribunal Federal (STF), em maio de 2023, levou a empresa a postergar medidas que levariam a um processo mais acelerado de melhoria (turnaround), mas que seriam polêmicas do ponto de vista político, como a incorporação das subsidiárias Chesf e Eletronorte e cortes mais profundos de funcionários. “Tenho impressão que parte da letargia

diz respeito à suspensão de uma agenda mais sensível. A empresa seguiu com outras agendas – descruzamento de ativos, redução dos empréstimos compulsórios –, mas uma parte do turnaround foi desacelerado”, diz.

Na visão dele, apesar do desfecho relativamente favorável do acordo com a União – que manteve o limite de 10% de poder de voto ao governo, embora cedendo mais assentos no conselho da companhia –, “ficou um gosto amargo”, diante da avaliação de que a tese da ADI não prosperaria em julgamento.

O mercado segue atento às potenciais influências do governo na companhia após o acordo. João Pimentel, analista do Citi, lembra que a União permanece como acionista com mais de 40% do capital total. “Isso apresenta um risco político contínuo, já que a Eletrobras deve navegar suas relações com o governo que é tanto acionista como autoridade reguladora. Mudanças nas políticas regulatórias ou aumento da intervenção governamental poderiam impactar a direção estratégica da Eletrobras, potencialmente afetando sua estratégia de dividendos e planos de alocação de capital”, escreve ele, em relatório.

Na avaliação do analista da Suno Research, Bernardo Viero, a falta de valorização dos papéis desde a capitalização está atrelada ao atual momento do mercado acionário, esquecido frente à renda fixa por causa das elevadas taxas de juros. “(Isso) faz com que a geração de resultados das empresas de maneira geral não esteja bem refletida nos preços, que na minha visão estão em desacordo com o real valor de uma boa parte dos negócios”, diz.

Outro ponto que pode explicar a letargia dos preços são os “percalços” enfrentados pela companhia no primeiro trimestre de 2025 por causa de sua estratégia de comercialização, que a levou a um desempenho operacional abaixo do esperado, explica o analista da Ativa Ilan Arbetman, por sua vez. “Mas a tese segue intacta, e os preços de longo prazo da energia estão subindo, o que favorece quem está mais descontratado.”

Energia para venda

A liberação gradual da energia contratada sob o regime de cotas para comercialização no mercado livre foi classificada inicialmente como um dos principais impulsos para companhia com a privatização, uma vez que o megawatt-hora (MWh) que era remunerado a cerca de R\$ 90 poderia

ser comercializado a valor maior. A chamada “descotização”, correspondente a cerca de um terço da capacidade da companhia, é gradual e será concluída em 2027.

Mas o cenário de preços futuros da energia traçado à época da privatização foi alterado significativamente, tendo em vista o crescimento mais acelerado que o projetado na geração solar distribuída, movimento que intensifica a sobreoferta de eletricidade no País, lembra Wellington Senter, diretor da Fitch Ratings. “O que estava no controle da companhia, ela entregou a contento, mas o que não estava, que é o cenário para o setor, principalmente de preços de energia, é mais preponderante.”

Ele avalia, porém, que os preços estão um pouco melhores do que há um ou dois anos, embora ainda abaixo do vislumbrado à época da privatização. Isso permitiu a recente alteração na perspectiva do rating da companhia, de negativa para neutra. A classificação, porém, segue abaixo da nota do Brasil, enquanto antes da privatização acompanhava o rating soberano.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/06/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

EXCLUSIVO: IMPOSTO ZERO EM ALIMENTOS, ANUNCIADO PELO GOVERNO, TEVE POUCO EFEITO EM PREÇOS

Na lista de dez produtos beneficiados pela mudança, apenas dois tiveram recuo em preços em abril e maio: azeite de oliva e outros tipos de açúcares da cana (como refinado e cristal)

Por Adriana Mattos, Valor — São Paulo

A ação do governo federal, em março, de zerar a alíquota do imposto de importação de certos alimentos para aumentar as compras do exterior, e com isso, reduzir preços, não conseguiu mostrar resultados consistentes até o momento. Os dados fazem parte de levantamento feito, a pedido do Valor, pela área econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Na lista de dez produtos beneficiados pela mudança, apenas dois tiveram crescimento nos envios em abril e maio e com recuo em preços: azeite de oliva e outros tipos de açúcares da cana (como refinado e cristal), em comparação com o mês imediatamente anterior.

Os dados sobre valores importados foram cruzados com variação de preços das mercadorias, com base na nomenclatura dos produtos informada na publicação da medida, em “Diário Oficial”.

Embora a isenção tenha sido anunciada para beneficiar as classes de menor renda, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mencionou dias antes do anúncio, o azeite teve o maior recuo de preço, medido pelo IPCA do IBGE — 1,5% em abril e 2,78% em maio. Mas trata-se de um item de consumo mais restrito por conta do custo (a embalagem de meio litro é vendida hoje por mais de R\$ 30).

O açúcar, também com aumento nas importações após março, teve recuo de 0,3% em abril, e de 0,2% em maio.

Segundo o levantamento, em abril, os dez itens tiveram alta de 4,2% na importação frente ao mês anterior, para US\$ 105,3 bilhões, mas em maio, o recuo foi de 22,8% versus abril, para US\$ 81 bilhões. No mesmo intervalo, o dólar médio mensal desvalorizou-se em cerca de 2%.

Ao se considerar o bimestre de abril e maio de 2025 versus o mesmo período do ano anterior houve diminuição de 7,7% nos envios ao país, para US\$ 186,7 bilhões importados — a moeda americana valorizou-se em cerca de 11% nos 12 meses, pressionando mais os preços acumulados.

De sardinha à biscoito

Três meses atrás, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, ao lado de outros ministros, divulgou uma lista com dez produtos que passariam a ter tarifas de importação zeradas após 14 de março. Ainda estiveram no evento Carlos Fávaro (Agricultura), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Rui Costa (Casa Civil) e Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social).

Na lista com alíquota zero estavam carnes, sardinha, café torrado, café em grão, azeite de oliva, outros açúcares (não oriundos da cana), óleo de girassol, milho, massas e biscoitos. O imposto de importação variava de 7,2% a 32%, a depender do item.

Neste grupo analisado pela CNC não está o óleo de palma, que já tinha isenção, e houve aumento no limite — de 90 mil para 150 mil toneladas.

O economista da CNC Fabio Bentes acredita que é possível concluir que, até o momento, a isenção não surtiu o efeito desejado de forma mais direta no preço. “Buscamos correlação e não causalidade na análise, por isso, estendeu-se o período de captura dos dados e ainda cruzamos com preços praticados”, diz ele.

“Podemos dizer, com boa dose de segurança, que não houve efeito durante esses últimos meses. Há uma série de variáveis em paralelo, como o impacto pequeno dos produtos selecionados no índice geral da inflação, e o fato de que outros países também estejam sentindo, muitas vezes, a mesma pressão inflacionária”, afirma.

Após março, a inflação dos alimentos consumidos em casa, medida pelo IPCA, chegou a perder força — de 0,83% em abril para 0,02% em maio — mas por conta do recuo da inflação numa cesta de itens que não incluía os produtos isentos após março.

A trégua em maio, segundo o IBGE, refletiu a redução do tomate, do arroz, do ovo e das frutas.

Já as carnes desossadas, com alíquota zero, subiram 0,97%; a sardinha, 0,84%; e as massas, 0,59%, mas o milho avançou menos, 0,21%.

No fim do mês passado, o ministério da Agricultura celebrou a desaceleração nos preços após abril, atribuindo o movimento às medidas tomadas neste ano. O governo anunciou, além da redução na alíquota de importação, o aumento de estoques reguladores, e ações de estímulo para produtos da cesta básica no Plano Safra.



— Foto: Peter Bond/Unsplash

MDIC responde

Procurado para comentar, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) disse que o aumento ou recuo de importações dos 11 produtos (incluindo óleo de palma) obedecem às “dinâmicas de mercado”.

Reforça que a redução nas alíquotas foi adotada para contribuir na queda de preços, provocada principalmente por questões climáticas. Afirma que foi uma ação de caráter conjuntural, e que surtiu efeitos. Em abril, o Mdic relata que houve aumento de 32% nas importações em relação a fevereiro, último mês antes da medida.



Os dados obtidos pelo Valor mostram essa alta. O mês de fevereiro, mencionado pelo Mdic, apresentou o mais baixo nível de importação até o momento. Fevereiro de 2024 também foi o mês mais fraco daquele ano.

“Com a melhoria das condições adversas, muitos preços começaram a recuar e, considerando ainda a alta competitividade brasileira em diversos desses produtos, o mercado não teve necessidade de usar o mecanismo integralmente”, disse na nota.

Estratégia das varejistas

O Valor contatou duas redes de atacarejo e uma distribuidora de alimentos, negócios que são responsáveis pelos pedidos de importação, e os executivos afirmam que não aumentaram as encomendas ao exterior após março.

“Não é só uma questão de tarifa, mas de condições para importar, de ‘timing’”, afirma o presidente de uma rede atacadista, que importa basicamente itens de bazar.

“Houve um aumento no custo logístico e de frete no país nos últimos 12 meses. E já tivemos uma greve no Porto de Santos em maio [dos auditores fiscais]. Quando as mercadorias param lá, a gente não sabe quando saem. Eu vou importar correndo esse risco? E com a hipótese de o frete tornar o produto mais caro do que aquele que já vendo aqui?”, disse esse executivo.

A indústria alimentícia, assim os supermercados, participaram das reuniões com o Alckmin antes do anúncio da isenção. Procurada, a Abia, associação da indústria de alimentos, não comentou o recuo nas importações no bimestre e em maio. Porém, celebrou a decisão do governo de elevar a isenção na importação do óleo de palma.

Em nota, a associação disse que o setor já consumiu 85% do teto da isenção (150 mil toneladas), e que isso pode reduzir pressões sobre os custos de produção de pães, bolos, biscoitos, margarinas e outros itens. A Abras, a associação nacional dos supermercados, não se manifestou.

Concorrência e efeitos globais

Um distribuidor de alimentos industrializados de São Paulo ouvido disse que alguns dos produtos da lista já têm produção competitiva no país, com diversas marcas regionais, como em massas e biscoitos, o que não justificaria a importação.

Pesquisa da Abras mostra a presença de 31 marcas de bolachas no país no ano passado, e em café, são 18 marcas. No açúcar eram 16, e no óleo, 8.

Apesar disso, as lojas não oferecem todas as marcas disponíveis, mas isso indica que pode existir espaço para buscar oportunidades no mercado doméstico quando o preço sobe, afirma esse distribuidor.

Declarações recentes de fabricantes estrangeiros mostram um cenário complexo para se conseguir driblar as altas de preços pelo mundo. Entre esses impactos estão crises climáticas e fortalecimento da moeda americana em diversos mercados, que eleva os preços.

Em abril, o executivo Srinivas Phatak, diretor financeiro interino da Unilever, com operação em cerca de 190 países, disse a analistas que os preços continuavam a subir sequencialmente no mundo por causa dos aumentos nas commodities.

O presidente do grupo, Fernando Fernandez, afirmou, na mesma teleconferência, que houve desaceleração nas vendas de janeiro a março na América Latina, onde Brasil é mais da metade das vendas da empresa, e que a economia brasileira, que crescia 3,5% em 2024, estava crescendo 2% em abril.

Entre as mercadorias com isenção de imposto, o levantamento da CNC mostra, entre os destaques positivos, o café não torrado em grãos. Houve crescimento nos envios pela primeira vez no ano, em

abril, apesar da queda em maio. Além dele, o óleo de girassol registrou, em maio, alta de quase 500% nos envios frente a abril.

Mas as carnes desossadas não foram tão bem. Embora as importações das carnes tenham acelerado em 23% em maio, após queda de 18% em abril, o desempenho mensal depois da tarifa zero ficou abaixo de janeiro e fevereiro.

Quanto aos preços, pelo IPCA, as carnes estavam com valores estáveis em abril frente a março, e subiram quase 1% em maio.

Efeito nas classes baixas

A intenção da medida, segundo disse o presidente Lula, uma semana antes do seu anúncio, era reduzir o preço da cesta básica, voltada principalmente para a população com menor renda.

“Café, ovo, milho estão muito caros e estamos tentando encontrar uma solução, queremos solução pacífica, e se não encontrarmos, tomaremos uma atitude mais drástica porque o que interessa é levar comida barata para a mesa do povo brasileiro”, disse Lula, em evento.

O debate de medidas ocorreu num momento de forte pressão sobre o governo, pela escalada da inflação alimentar, com efeito direto na queda dos níveis de popularidade de Lula. Isso levou o presidente a cobrar dos ministros medidas urgentes que trouxessem algum resultado.

Durante a divulgação da tarifa zero, houve um apelo do vice-presidente e ministro, Geraldo Alckmin, para que Estados zerassem o ICMS sobre esses alimentos, para ajudar na medida de importação mais barata.

Só que mais da metade dos Estados informou, na época, que já isentava ou havia reduzido o imposto na cesta básica, logo, não haveria impacto. Em São Paulo, isso já é zerado desde 2023, e no Rio de Janeiro, a taxa é reduzida.

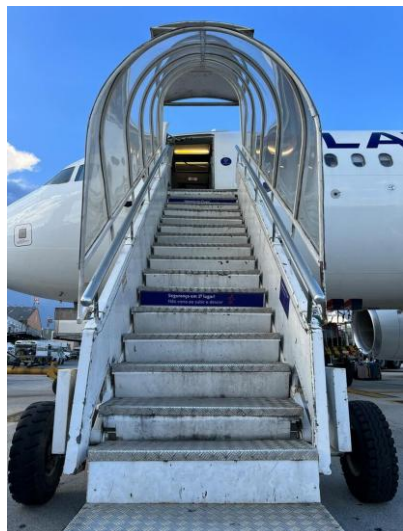
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/06/2025

MOVIMENTAÇÃO AÉREA NO BRASIL CRESCE 9,6% EM ABRIL

Total chegou a 7,9 milhões de passageiros. Para o biênio 2025-26, estão previstas 66 obras em 55 terminais, com investimentos de R\$ 9,7 bilhões, dos quais R\$ 8,7 bilhões por meio de concessões

Por Dino



Movimentação aérea no Brasil cresce 9,6% em abril — Foto: Alexandre Henry Alves

A movimentação no transporte aéreo em abril bateu recorde para o mês, com 7,9 milhões de passageiros voando no mercado doméstico brasileiro. Esse volume representa um crescimento de 9,6% em relação a abril de 2024, segundo dados recém-divulgados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Na projeção de crescimento para 2025, o saldo dos voos domésticos e internacionais nos quatro primeiros meses do ano apresentou expansão de 4% em relação ao registrado no período pré-pandemia.

Os principais aeroportos de São Paulo — Guarulhos e Congonhas — concentraram a maior parte do fluxo de passageiros, respondendo por 26,75% do total em abril. Na sequência, aparecem

o Aeroporto de Brasília, com 7,72%, e os aeroportos do Rio de Janeiro — Santos Dumont e Galeão —, que, juntos, somaram 8,79% do tráfego doméstico.



“Esses números refletem o fortalecimento do turismo nacional e o esforço conjunto entre governo e setor privado para ampliar a conectividade aérea no país”, avaliou o ministro do Turismo, Celso Sabino. “Mais voos e mais pessoas viajando servem como um termômetro da nossa economia e significam mais empregos, mais oportunidades e mais desenvolvimento regional.”

Para José Henrique Azeredo, diretor de Expansão da RTSC — holding de investimentos nos ramos imobiliário e turístico —, o setor de turismo vem apresentando uma notável recuperação, mas ainda há vários pontos com potencial de melhoria, para que o país tenha resultados ainda mais expressivos: “Um deles é a expansão da malha aérea, a fim de ampliar a oferta de voos e facilitar a mobilidade dos visitantes, tanto brasileiros quanto estrangeiros”.

De acordo com a Secretaria de Comunicação Social do governo federal, o segmento de aeroportos registrou 42 obras em 2024, com investimentos de R\$ 3,2 bilhões (sendo R\$ 2,7 bilhões em concessões). Em 2025 e 2026, serão 66 obras em 55 aeroportos, com R\$ 9,7 bilhões (sendo R\$ 8,7 bilhões em concessões).

No final de maio, a Secretaria Nacional de Aviação Civil, ligada ao Ministério de Portos e Aeroportos, abriu consulta pública do Programa Investe + Aeroportos, iniciativa que moderniza o marco regulatório dos contratos comerciais nos aeroportos concedidos à iniciativa privada.

O objetivo é trazer maior flexibilidade para a celebração de contratos de longo prazo, segurança jurídica para investidores e estímulos à geração de receitas não tarifárias — pilares fundamentais para o fortalecimento do ambiente de negócios no setor aeroportuário.

Também em meados de maio, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou a ordem de serviço para o início das obras do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Mossoró (RN), com investimento inicial de R\$ 18 milhões e conclusão prevista para 2026.

A iniciativa faz parte de um pacote de R\$ 70 milhões para a modernização da infraestrutura aeroportuária local e integra o plano do governo federal de fortalecimento da aviação regional.

O aeroporto, sob gestão da Infraero desde 2023, já passa por melhorias como recapeamento da pista e instalação de novos sistemas de aproximação, visando consolidar-se como polo aéreo estratégico no interior do Nordeste.

“Com essas mudanças, os mossoroenses ganham um aeroporto mais eficiente, seguro e capaz de impulsionar o desenvolvimento de toda a região”, afirmou Costa Filho. “O transporte aéreo, que antes era limitado, agora se torna uma ferramenta real de integração, facilitando o acesso a oportunidades em outras cidades e estados. Esse aeroporto vai conectar mais pessoas e abrir caminhos para todos nós.”

Website: <https://www.linkedin.com/company/rtsholding/>

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/06/2025

PREÇOS DE IMPORTAÇÃO NOS EUA FICAM ESTÁVEIS EM MAIO, APÓS ALTA DE 0,1% EM ABRIL

Em relação ao mesmo período no ano anterior, houve um aumento de 0,2%, segundo dados do Departamento do Trabalho americano

Por Valor — São Paulo

Os preços de importação nos Estados Unidos ficaram estáveis em maio, após uma alta de 0,1% no mês anterior. Alguns economistas esperavam queda de 0,1%. Em relação ao mesmo período no ano anterior, houve um aumento de 0,2%. Os dados são do Departamento do Trabalho (BLS, na sigla em inglês).



O preço de importação de combustíveis cedeu 4% em maio, após queda de 2,6% em abril. Os preços dos combustíveis importados caíram 15,7% nos últimos 12 meses, a maior queda anual desde que o índice caiu 17,9% no ano encerrado em setembro de 2024. Já o preço de outros produtos importados, excluindo combustíveis, subiram 0,3%.

Porto de Savannah, na Georgia (EUA) — Foto: Stephen B. Morton/AP

O custo com importação de alimentos caiu 0,3% em maio. Já os preços de suprimentos e materiais industriais, excluindo combustíveis, teve alta de 1,3%.

Os preços das principais categorias de produtos acabados importados tiveram alta em maio. Os custos de bens de capital aumentaram 0,2%. O índice de preços de veículos automotores subiu 0,1%. Já os preços de bens de consumo importados avançaram 0,2%.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/06/2025

TROCA DE ATAQUES ENTRE ISRAEL E IRÃ AFETA INSTALAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS NA REGIÃO

Irã é o terceiro maior produtor de petróleo da Opep e extrai cerca de 3,3 milhões de barris por dia de petróleo bruto

Por Reuters — Jerusalém



Refinaria no campo de South Pars em chamas em ataque por drone de Israel em 14 de junho — Foto: IRIB via AP

Ataques militares entre Irã e Israel geraram preocupações sobre potenciais danos e interrupções em importantes campos de petróleo e gás da região. Os ataques de Israel, que começaram na sexta-feira da semana passada, miraram em algumas dessas instalações. O Irã, ao retaliar, teve o porto de Haifa como alvo, provocando o fechamento de uma refinaria em

Israel.

Além de ter duas das três instalações nucleares do Irã como alvo, Israel também atingiu uma instalação no campo de gás offshore de South Pars em 14 de junho. O Irã suspendeu parcialmente a produção. South Pars faz parte da maior reserva de gás natural do mundo, que o Irã compartilha com o Catar.

O ataque atingiu quatro unidades da Fase 14 de South Pars, a cerca de 200 quilômetros das instalações do Catar, muitas das quais são joint ventures com empresas internacionais, incluindo as gigantes americanas ExxonMobil e ConocoPhillips.

South Pars compõe cerca de um terço do maior reservatório de gás natural do mundo. O Irã exportou cerca de 15,8 bilhões de metros cúbicos de gás em 2023, de acordo com dados do Fórum de Países Exportadores de Gás. Todo o reservatório contém cerca de 1.800 trilhões de pés cúbicos de gás utilizável - o suficiente para suprir as necessidades mundiais por 13 anos ou para gerar eletricidade suficiente para abastecer os EUA por mais de 35 anos.

Israel também atingiu um depósito de combustível de Teerã e uma refinaria de petróleo perto da capital no primeiro dia de ataques, informou o Irã, mas as autoridades disseram que a situação estava sob controle.

O Grupo Bazan de Israel fechou sua refinaria de petróleo de Haifa, a maior de Israel, na segunda-feira, após a usina ter sido danificada em um ataque iraniano. A refinaria tem uma capacidade de processamento de petróleo bruto de 197.000 barris por dia (bpd).

O Irã é o terceiro maior produtor de petróleo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e extrai cerca de 3,3 milhões de barris por dia de petróleo bruto e 1,3 milhão de barris diários de condensado e outros produtos, totalizando cerca de 4,5% do fornecimento global.

Suas exportações nos últimos meses atingiram 1,8 milhão de barris por dia, seu nível mais alto desde 2018, mostraram dados da Kpler, impulsionadas pela forte demanda chinesa.

As instalações de produção do Irã estão principalmente no Sudoeste, nas províncias de Khuzestan e de Bushehr. O país exporta 90% de seu petróleo bruto pela Ilha de Kharg.

Os EUA endureceram as sanções a Teerã em 2018, depois que o presidente dos EUA, Donald Trump, saiu do acordo nuclear. As exportações de petróleo do Irã caíram para quase zero, mas se recuperaram sob o presidente dos EUA, Joe Biden, com analistas dizendo que as sanções foram aplicadas com menos rigor e que o Irã conseguiu evitá-las.

O Irã está isento das restrições de produção da Opep+ e a China não reconhece as sanções impostas a Teerã, o que significa que algumas refinarias privadas chinesas foram incluídas na lista de sanções do Tesouro dos EUA. Analistas afirmam que a Arábia Saudita e outros membros da Opep poderiam compensar qualquer queda na oferta iraniana usando sua capacidade excedente para extrair mais.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/06/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

RIO SÃO FRANCISCO TERÁ NOVA HIDROVIA PARA TRANSPORTE DE CARGAS AO NE

Da Redação Navegação 18/06/2025 - 09:29



O Rio São Francisco terá uma nova hidrovía para transporte de cargas do Sudeste (a partir de Pirapora-MG) para o Nordeste (a Juazeiro-BA e Petrolina-PE).

O projeto prevê a utilização dos 1.371 km de extensão navegáveis com uma projeção de movimentar cinco milhões de toneladas.

Entre as cargas previstas, estão insumos agrícolas, gesso, gipsita, calcário, grãos, bebidas, minério e sal.

O ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, afirmou que a hidrovía será muito estratégica para o desenvolvimento da região. Neste mês de junho, ele disse que iria assinar a delegação das obras à Companhia das Docas do Estado da Bahia. Na sequência, estão previstos os estudos técnicos.

No percurso, o Velho Chico passa pelo Distrito Federal, por Goiás, pela Bahia, por Sergipe, Alagoas e Pernambuco. São 505 municípios e mais de 11,4 milhões de pessoas que, de alguma forma, se relacionam com um dos principais rios brasileiros.

Três etapas

O projeto foi dividido em três etapas. Na primeira, as ações vão se concentrar em um trecho de 604 quilômetros navegáveis, de Juazeiro a Petrolina, passando por Sobradinho (BA) e chegando em Ibotirama (BA).

As cargas poderão ser escoadas por rodovias até o Porto de Aratu-Candeias, na Baía de Todos os Santos (BA).

A segunda etapa abrangerá o trecho entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa e Cariacá – municípios baianos – com 172 quilômetros navegáveis. Nesse trecho, haverá conexão, via malha ferroviária, até os Portos de Ilhéus (BA) e Aratu-Candeias.

Já a terceira etapa aumentará a hidrovia em 670 quilômetros e ligará Bom Jesus da Lapa e Cariacá a Pirapora.

Navegabilidade

Em janeiro deste ano, o governo já havia anunciado que iria trabalhar em ações para expandir a navegabilidade nas hidrovias brasileiras. Outras obras no horizonte ainda neste ano são a realização de dragagens nas hidrovias do Tapajós e São Francisco e a manutenção do Madeira, Parnaíba e Paraguai (tramo Sul).

No Rio Grande do Norte, por exemplo, será realizada a proteção de dolphins (estrutura utilizada para auxiliar na amarração e atracação de navios) da Ponte Newton Navarro, para ampliar a segurança das embarcações e das pessoas que circulam no local.

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, o país tem hoje 12 mil km de hidrovia navegáveis, com o potencial de alcançar 42 mil km.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025

ARTIGO - USO INÉDITO DE DIESEL VERDE NO SETOR MARÍTIMO BRASILEIRO

Por João David Santos Responsabilidade socioambiental 18/06/2025 - 09:19



PROJETO PARTICIPANTE DO PRÊMIO PORTOS E NAVIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL 2025

Com mais de 187 anos de experiência, a Wilson Sons vem adotando novas tecnologias e práticas cada vez mais sustentáveis, buscando a segurança, a eficiência e a perenidade das operações. A companhia tem conduzido diferentes estudos para implementar inovações que proporcionem redução do consumo de combustíveis e de energia elétrica em suas atividades.

Desde 2013, a empresa monitora suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com inventário reconhecido com selo ouro. É a companhia do setor que divulga esses dados há mais tempo. A unidade de negócio Rebocadores é a mais representativa, com aproximadamente 70% do total das emissões de escopos 1 e 2 da empresa. Com mais de 80 embarcações na frota, atuando ao longo do litoral brasileiro, as fontes de emissões de GEE concentram-se especialmente nos motores principais, que fornecem potência aos rebocadores para realizarem as manobras de segurança das



atividades portuárias. Exigem, portanto, disponibilidade e confiabilidade para toda a cadeia produtiva do setor.

Em sua estratégia de descarbonização, a Wilson Sons considera que a utilização de biodiesel nas embarcações é uma rota tecnológica de impacto e potencial abrangência, pela aplicabilidade nos motores existentes, cadeia produtiva desenvolvida no país e com perspectivas de aumento na oferta, além do êxito do Brasil na aplicação de biocombustíveis no setor de transportes, tanto com o etanol quanto com o biodiesel rodoviários.

Há uma evolução ainda maior em termos de biocombustíveis: o chamado diesel verde ou HVO (da sigla em inglês para óleo vegetal hidrotratado). Hoje, o HVO é o combustível sustentável pronto para substituir completamente o fóssil nas embarcações: ele é 100% renovável, mantém os indicadores de desempenho e pode ser utilizado nos motores já existentes sem a necessidade de adaptações das frotas atuais (drop in). Portanto, o HVO é uma solução de fácil e rápida implementação que contribui efetivamente para a redução de até 90% das emissões.

Atualmente, a Wilson Sons está testando a tecnologia para confirmar sua estratégia de avanço na descarbonização por meio dos biocombustíveis. Nesta etapa, a companhia optou por adquirir o produto fabricado a partir de óleo de cozinha usado, o que permite redução ainda maior de emissões de carbono. No primeiro lote de HVO fornecido pela Efen, parceira que comercializa combustíveis marítimos no Açu, a redução de intensidade carbônica (considerando todo o ciclo de vida do combustível) foi certificada em 83%, devendo haver o envio de outro lote com a mesma matéria-prima até o fim do projeto. Este foi o primeiro abastecimento de HVO do setor marítimo brasileiro, ocorrido em 27/03/2025.

O projeto está sendo desenvolvido em embarcações que operam, no Porto do Açu, no Norte do Estado do Rio de Janeiro. A partir do Terminal de Líquidos do Açu (TLA), em conjunto com a Vast Infraestrutura e a Efen, a Wilson Sons está testando o desempenho ambiental e operacional do HVO em cinco embarcações, com início das operações no final de março/2025 e devendo durar entre seis e oito meses.

O projeto também contribui para a redução de emissões indiretas de toda a cadeia logística marítima. Ao reduzir suas emissões diretas, a iniciativa da Wilson Sons também contribui com a redução das emissões indiretas da Vast e, consequentemente, do Porto do Açu. É uma ação efetiva que impacta a cadeia de valor. E, o mais importante, agora.

Até o final do ano, a meta é reduzir em 80% as emissões de escopo 1 da Wilson Sons, em comparação às emissões equivalentes, caso o mesmo volume de combustível fóssil fosse utilizado.

E os resultados são promissores. Fruto de um projeto que envolve aproximadamente 30 profissionais diretamente, não só da Wilson Sons, mas também dos parceiros (Vast, Efen, Porto do Açu) e consultores, até o momento, conforme resultados mensuráveis obtidos, deixaram de ser emitidas aproximadamente 180 tCO₂eq pelo uso do HVO.

Foram medidos antes da mudança de combustível alguns parâmetros de emissões, como monóxido de carbono, óxido nitroso e enxofre, para comparar posteriormente com as emissões em função do uso do biocombustível. Também foram avaliados parâmetros de desempenho, como tração estática (bollard pull), temperatura dos motores e consumo de combustível.

As perspectivas de desenvolvimento de projetos de infraestrutura para a oferta de HVO, não só no Norte Fluminense como em outras regiões do País, têm potencial para apoiar o setor marítimo e criar soluções de descarbonização, com impactos positivos também na economia brasileira.

Assim, reafirmamos o compromisso da Wilson Sons com a sustentabilidade, adotando as melhores práticas para impulsionar a competitividade do Brasil no mercado global e promover o desenvolvimento do setor portuário.

João David Santos João David Santos é gerente de Sustentabilidade da Wilson Sons

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025

ANP MARCA PARA OUTUBRO O 3º CICLO DA OFERTA PERMANENTE DE PARTILHA

Da Redação Offshore 18/06/2025 - 09:19



A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizará no dia 22 de outubro o 3º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha. O cronograma foi publicado nesta terça-feira (17) no Diário Oficial da União.

Serão ofertados 13 blocos exploratórios, localizados nas bacias de Santos (Ágata, Amazonita, Ametista, Esmeralda, Jade, Safira Leste e Safira Oeste) e Campos (Citrino, Itaimbezinho, Jaspe, Larimar, Ônix e Turmalina).

A Oferta Permanente de Partilha tem por objetivo contratar, sob o regime de partilha de produção, as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em blocos localizados no polígono do pré-sal e de áreas estratégicas, assim determinados pelo CNPE.

A PPSA será a gestora dos contratos de partilha de produção dos blocos arrematados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025

WILSON SONS E TOTALENERGIES FIRMAM CONTRATO PARA USO DA BASE RIO

Da Redação Offshore 18/06/2025 - 09:19



A Wilson Sons firmou novo contrato com a TotalEnergies EP Brasil para a prestação de serviços de suporte logístico às atividades de produção de petróleo no Campo de Lapa, no pré-sal da Bacia de Santos, por meio de uma de suas Bases de Apoio Offshore, a Base Rio, localizada na Baía da Guanabara.

O contrato com a filial brasileira da empresa multienergética global inclui ainda suporte a campanhas exploratórias em ativos da TotalEnergies. A Wilson Sons possui dois terminais privados na Baía da

Guanabara – Base Rio e Base Niterói –, totalizando oito berços de atracação. A companhia possui também expertise em operações remotas, tendo montado bases temporárias em diversos portos da costa brasileira.

“O novo contrato com a TotalEnergies é um reconhecimento à excelência da Wilson Sons e à expertise das Bases de Apoio Offshore. Sempre priorizamos a segurança, a eficiência operacional e a sustentabilidade das operações”, afirma Mariana Jannuzzi, diretora-executiva das Bases de Apoio Offshore da Wilson Sons.

A Base Rio está localizada, no bairro do Caju, na zona portuária do Rio de Janeiro. A unidade possui cinco berços de atracação, mais de 65 mil metros quadrados e tem localização geográfica estratégica para dar suporte aos campos no polígono do pré-sal. Entre os serviços prestados aos clientes, estão movimentação de cargas, armazenagem de materiais e equipamentos (contando com alta tecnologia para gestão e controle de inventário e fluxo de cargas, por meio de softwares

customizados), serviços ambientais, planta de fluidos e granéis para dar suporte às campanhas de perfuração e facilities.

A operação da TotalEnergies também será atendida pelo Parque de Tubos Guaxindiba, da unidade de negócio da Wilson Sons, localizado a 20 quilômetros da Base Niterói, que faz o armazenamento de tubos de perfuração e outros equipamentos em uma área de 63 mil metros quadrados. Com investimentos em tecnologia e inovação, o parque realiza serviços como inspeção e hidrojateamento de tubos, possuindo todas as licenças necessárias das autoridades brasileiras, e conta com equipes qualificadas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025

INTERINO ASSUME DIRETORIA-GERAL DA ANP A PARTIR DE 21 DE JUNHO

Da Redação Offshore 18/06/2025 - 09:19

O atual superintendente de Participações Governamentais da ANP, Bruno Caselli, assume interinamente a Diretoria-Geral da agência a partir do dia 21.

O mandato de quatro anos de Rodolfo Saboia à frente da ANP se encerrou em 22/12/2024. De 23/12/2024 a 20/6/2025, a diretoria-geral é ocupada, interinamente, por Patricia Baran, superintendente de Infraestrutura e Movimentação.

A Lei 9.986/2000, com redação da Lei Geral das Agências (Lei nº 13.848/2019), prevê que as diretorias vagas nas agências reguladoras federais devem ser ocupadas por servidores até a posse de novo diretor com mandato fixo, aprovado pelo Senado. Esses servidores podem atuar como substitutos por 180 dias e fazem parte de uma lista triplíce que consta de decreto da Presidência da República.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025

PORTO DE SANTOS REGISTRA RECORDE HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS EM MAIO

Da Redação Portos e logística 18/06/2025 - 09:19



O Porto de Santos registrou a maior movimentação mensal de sua história em maio de 2025, com 16,6 milhões de toneladas de cargas processadas. O volume representa um crescimento de 5,1% em relação ao mesmo período de 2024, consolidando, também, a melhor performance já alcançada para o mês de maio.

Dentre os segmentos que impulsionaram o desempenho, destacam-se os granéis sólidos (+5,3%), com aumento significativo do embarque de soja em grãos (+12,6%) e farelo de soja (+6,9%). Já a carga geral containerizada alcançou 477 mil TEU (medida

padrão de contêiner), a melhor marca para o mês de maio (+7,5%).

No acumulado do ano, a movimentação de contêineres também registra números recordes, chegando a 2,29 milhões de TEU (+6%). Já os granéis líquidos apresentaram aumento de 2,3% sobre maio de 2024, com 1,6 milhão de toneladas e destaque para o crescimento do embarque de óleo combustível (+51,3%) e sucos cítricos (+11,8%).

“Este recorde histórico em maio reflete a excelência da gestão portuária e a robustez da nossa logística. Cada tonelada movimentada é fruto de planejamento estratégico, investimentos em

eficiência operacional e parcerias sólidas com o setor privado”, comenta Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos.
Carga geral

Outro setor que bateu recorde mensal e de acumulado no ano é o de Carga Geral Solta, que registrou 1,1 milhão de toneladas em maio, (+36,7%), impulsionado pela marca histórica da celulose: 919,2 mil toneladas, representando uma alta de 45,5% em relação a maio passado.

Os destaques positivos ainda incluem o crescimento nos desembarques de enxofre (141,8 mil toneladas, +29,9%), soda cáustica (129,7 mil toneladas, +65,3%) e trigo (126,1 mil toneladas, +12,8%). O fluxo de navios também reflete a dinâmica de expansão portuária, com 495 atracações em maio (+4,9% ante 2024).

No acumulado do ano (janeiro a maio), o porto aumentou sua relevância na logística nacional, respondendo por 29,8% da corrente comercial brasileira — alta frente aos 29,3% de 2024. A China, com 29,3% das transações com o exterior em 2025, mantém-se como o maior parceiro comercial do Porto.

Apesar do cenário positivo, alguns segmentos apresentaram quedas pontuais, como açúcar (-7,2% nos embarques) e café (-21,4%), reflexo de ajustes sazonais e de mercado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025

TRANSPETRO CONCEDE NOVO PRAZO PARA ENTREGA DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GASEIROS

Da Redação Indústria naval 18/06/2025 - 09:19

A Transpetro prorrogou para 20 de agosto o prazo de entrega de propostas da licitação pública internacional destinada à aquisição de oito navios gaseiros com capacidades de 7 mil, 10 mil e 14 mil metros cúbicos.

A mudança no cronograma atende a novas solicitações protocoladas por empresas na Petronect, plataforma eletrônica de compras do sistema Petrobras.

onte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025

ANTAQ VÊ INVENTÁRIO DE GEE COMO PASSO CRUCIAL PARA DESCARBONIZAÇÃO DE PORTOS

Por Danilo Oliveira Portos e logística 18/06/2025 - 09:19



Durante 18º Seminário Ecobrasil, gerente de meio ambiente da Antaq defendeu que transição energética exige abordagem integrada de portos e terminais

O gerente de meio ambiente e sustentabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Uirá Cavalcante, disse, nesta terça-feira (17), que a elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) representa um passo crucial na jornada de descarbonização dos portos. Durante palestra no 18º Seminário Nacional sobre Indústria Marítima e Meio Ambiente (Ecobrasil), ele ressaltou

que ainda existe uma lacuna significativa nesse sentido. Cavalcante defendeu que a descarbonização dos portos e terminais é uma necessidade que exige uma abordagem integrada.



No evento, ele destacou que foram alcançados alguns progressos em medidas como sistemas inteligentes, fornecimento de combustíveis, eficiência energética e geração de energia renovável. O gerente apontou ainda que medidas com alto potencial, como o sistema de fornecimento de energia proveniente de fontes renováveis para embarcações atracadas (OPS — onshore power supply) e as relacionadas ao hidrogênio de baixo carbono, apresentam desafios relevantes, incluindo a falta de aplicabilidade em muitas operações.

Cavalcante contou que os próximos passos da estratégia de descarbonização setorial incluem estudos para elaboração de inventários setoriais de emissões de GEE, incorporação de mais questões sobre descarbonização no formulário do IDA (Índice de Desempenho Ambiental) e desenvolvimento de trajetória de emissões setoriais com levantamento de projetos e construção da análise de custo-benefício.

No campo da regulação, Cavalcante destacou os processos em curso para a definição de mecanismos indutores para a implantação de sistemas OPS e para uma regulamentação que promova a utilização de combustíveis alternativos em embarcações, em articulação com o Ministério de Minas e Energia (MME). Outros passos importantes, segundo o gerente de meio ambiente e sustentabilidade da Antaq, abrangem programas de conscientização para a elaboração de inventários e estratégias de descarbonização, bem como a estruturação de um fórum nacional de discussão que articule as diversas redes que tratam da descarbonização.

Cavalcante também citou dados dos primeiros diagnósticos feitos pela agência. Os levantamentos apontaram que 81% dos portos públicos não possuem inventário de emissões de GEE, enquanto 65% dos terminais de uso privado (TUPs) possuem esse tipo de instrumento. Entre os desafios nestes casos estão a capacitação, coleta de dados, equipe insuficiente e falta de recursos financeiros.

Entre as instalações portuárias que já possuem inventário, o escopo 3 ainda é uma lacuna para 40% dos portos públicos e para 56% dos terminais privados. De acordo com a Antaq, 93% dos portos públicos não possuem metas de redução de emissões de GEE. No setor privado, esse percentual cai para 74%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/06/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO [LINKEDIN.COM](https://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 18/06/2025